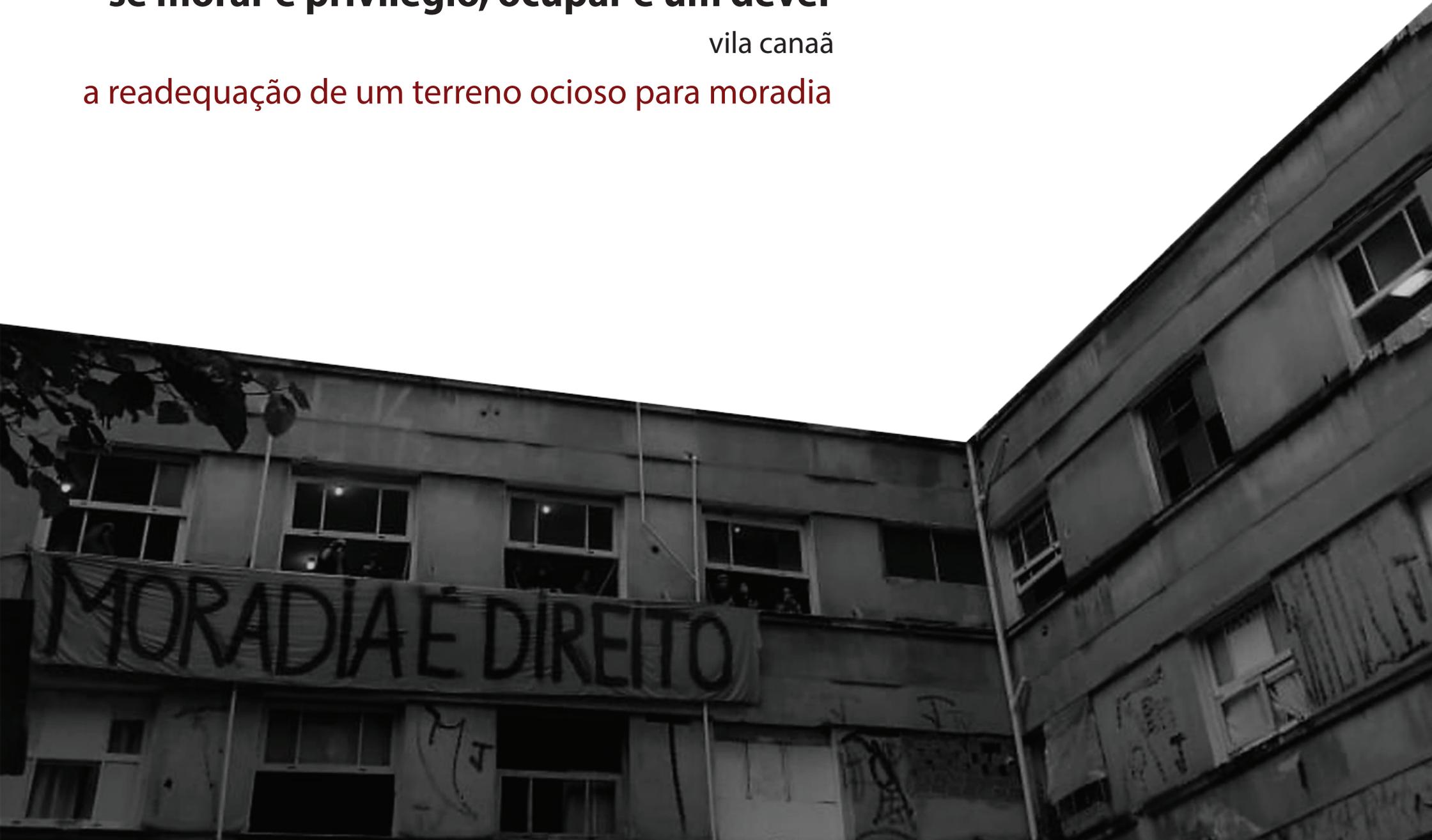




**“se morar é privilégio, ocupar é um dever**

vila canaã

a readequação de um terreno ocioso para moradia





caroline pereira . tfg . fau ufrj  
orientação: jorge fleury  
co-orientação: joão folly  
2020



historicamente na habitação social brasileira observamos as alternativas criadas pela camada mais pobre da população para lidar com os problemas da falta de iniciativas públicas eficazes. O histórico de políticas habitacionais recentes não tem sido eficiente o quanto baste para amparar devidamente a população, e esta, se esperasse por meios formais para o equacionamento da questão habitacional, o contingente de sem-teto nas ruas de cidades brasileiras seriam infinitamente maior do que o observado hoje.

por outro lado, ao construir seus espaços de moradia com recursos materiais e técnicos limitados, involuntariamente se criam más condições de habitabilidade. Apesar dos esforços dos movimentos, assistências-técnicas e luta dos ocupantes, as lutas travadas foram atropeladas pelas políticas governamentais somadas à especulação, e até hoje as ações visam impedir a permanência dessa parcela de população que ocupava exatamente por ter sido historicamente excluída das políticas habitacionais.

nessa perspectiva, é importante aprofundarmos o conhecimento da relação entre as práticas e dinâmicas socioespaciais na produção informal das moradias e as possíveis ações técnicas de construção de habitação, visando criar melhorias na qualidade de vida dessa população. Em outras palavras, nós, quanto arquitetos e urbanistas dominantes da técnica, devemos aprender empiricamente com a população sobre as suas reais demandas, para que não caiamos na lógica mercantil (que o Estado brasileiro caiu) da produção de habitação, e possamos de fato melhorar a vida dessa população.



## agradecimentos

minha família e amigos.  
por tanto apoio, amor e cuidado, com amor.

aos camaradas e movimentos de luta por moradia.  
por tanta inspiração e esperanças de dias melhores.

se o povo tudo produz, ao povo tudo pertence.



introdução .....	1
capítulo 1 - os modos populares de morar .....	5
capítulo 2 - o déficit habitacional e as ocupações .....	10
capítulo 3 - a vila canaã .....	18
capítulo 4 - repertório .....	28
capítulo 5 - proposta .....	34
referências bibliográficas .....	97
anexo .....	98



diante da lógica capitalista que mercantiliza a moradia visando o lucro dos proprietários, as ocupações por parte de movimentos populares é uma luta pelo direito de cidadania.

as políticas de habitação existentes no Brasil não conseguem suprir a falta de moradias nos grandes centros urbanos, por conta do encarecimento das habitações. Em regiões metropolitanas como São Paulo, Rio e Belo Horizonte, a construção de projetos como “Minha Casa, Minha Vida” não 'cabe' no valor do terreno. Inúmeras famílias, por não conseguirem pagar aluguéis e para não ficarem em situação de rua, se unem a movimentos sociais e procuram ocupações. As ocupações surgem a partir do abandono de um edifício ou terreno por seu proprietário -muitas vezes, grandes empresas que possuem vários outros terrenos- que o utilizam para especular e lucrar, tornando-o assim ilegal, sem cumprir sua função social. (BOULOS, 2012)

atualmente, no âmbito nacional, temos a Lei de Assistência Técnica que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social. No estado do Rio de Janeiro, recentemente foi aprovado o Projeto de Lei 642/2017, criado pela vereadora Marielle Franco, que prevê que o Estado do Rio poderá prestar assistência técnica gratuita para construção e reforma de habitações de famílias com baixa renda, acompanhada e apoiada pela também recente Comissão de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (CATHIS) do CAU RJ. É importante destacar a importância não apenas do acompanhamento da obra após o processo de posse do edifício/terreno, mas antes e durante o processo.





1



2



3



# capítulo 1 - os modos populares de morar favelas . conjuntos habitacionais . ocupações

historicamente na habitação social brasileira observamos as alternativas criadas pela camada mais pobre da população para lidar com os problemas da falta de iniciativas públicas eficazes. a favela, tipologia habitacional brasileira mais conhecida, se desenvolve a partir da separação dos usos e classes sociais que se amontoavam no antigo espaço colonial, uma série de restrições impostas pela legislação edilícia e obras de renovação urbana, como a demolição de cortiços na área central da cidade, promovidas pelo prefeito Pereira Passos.

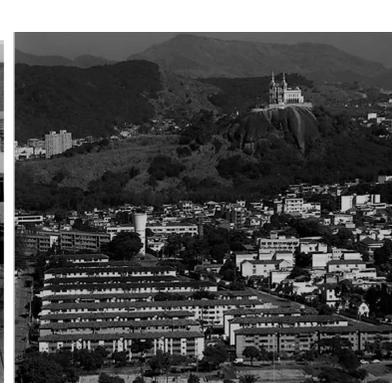
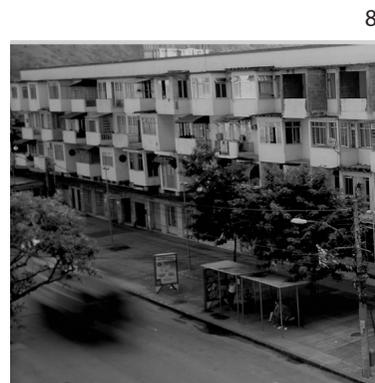
*“A Reforma Passos viabilizou (...) o desenvolvimento de sua própria negação, ou seja, a proliferação de um habitat que já vinha timidamente se desenvolvendo na cidade e que, por sua informalidade e falta de controle, simbolizava tudo o que se pretendeu erradicar da cidade. Este habitat foi a favela.” (ABREU, 1987)*



a partir da década de 1930, com a atuação dos IAPs passa-se a construir conjuntos habitacionais que atendam à população trabalhadora. (BONDUKI, 1998) e a partir de 1960, a tendência na cidade do Rio de Janeiro foi a de conjuntos cada vez maiores e com cada vez menos qualidade arquitetônica: a intenção era agregar um grande número de pessoas, pois este também foi um período de grandes remoções nas favelas em áreas nobres e centrais da cidade, e fomentar a propriedade privada. Estes conjuntos habitacionais, promovidos pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), se localizavam há 30/40 km dos locais das favelas removidas e sem soluções urbanísticas, desarticulados da malha urbana. Além da padronização de suas plantas e má implantação nos terrenos, desconsiderando as diferenças socioculturais existentes das populações vindas de diversas localidades.

*“[...] (o BNH) como exemplo de dispositivo econômico/político do Estado que se popularizou durante o período da guerra-fria, principalmente por parte de países com posturas conservadoras ou sob a tutela patriarcal do governo americano sob forma de intervenções militares, aplicados com a ideia de se combater o comunismo através de políticas liberais de incentivo à propriedade privada e a posse da casa própria.” (SANTOS, 2019)*

os conjuntos habitacionais, que foram construídos para resolver o problema das favelas, sofreram um processo de “favelização”. Principalmente porque alguns foram concebidos com projeções de alternativas de ampliações. (ANDRADE, 2013).



dados, como o de especialização de uso do solo entre 1970 e 1990 que proibiu a habitação e a perda de importância econômica e política da cidade no cenário nacional, que nos leva a acreditar que, apesar de manter muitas de suas funções, o panorama centro da cidade do Rio de Janeiro, tal qual em outras do mundo, é o de esvaziamento de imóveis por conta da migração das mais diversas atividades para outras áreas da cidade, a pouca cultura do retrofit para edifícios antigos contribuiu para o processo de descentralização.

o aumento da população em situação de rua, o deslocamento de parcela expressiva da população para o trabalho e a moradia informal, foram fenômenos observados principalmente por conta da crise vivida no país e a falta de políticas habitacionais e sociais efetivas. No fim da década de 1990 verificou-se um processo de ocupação dos prédios vazios pela população sem-teto.

atualmente podemos ver diversas medidas sendo tomadas na região central da cidade para a remoção de moradores de edifícios ociosos. O projeto e obras do Porto Maravilha foi um divisor de águas no que tange a ocupação do centro, favorecendo o capital privado. Diversas ocupações que estavam em estágio avançado de negociação com as autoridades e que há anos lutavam pela reintegração de posse, foram removidas a fim de não interferir no lucro dos grandes empreendimentos e investidores.





13



14



15



16

## capítulo 2 - o déficit habitacional e as ocupações

segundo estudos da Fundação João Pinheiro, que é utilizado oficialmente pelo Governo Federal, em 2013 o número de imóveis vagos no Brasil ultrapassa 7,2 milhões sendo 79% localizados em área urbanas e 21% em áreas rurais. Desse total, 6,249 milhões estão em condições de serem ocupados, 981 mil estão em construção ou reforma. Em 2014 os números são bastantes semelhantes: os domicílios vagos somam 7,24 milhões de unidades, 6,35 milhões das quais em condições de serem ocupados e 886 mil em construção ou reforma.

outra pesquisa, da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, o déficit habitacional bateu recorde no Brasil. Cresceu 7% entre 2007 e 2017, e agora é de 7,78 milhões de moradias. Esse aumento foi, principalmente, causado pelas reduções de crédito para financiamentos, desemprego em alta, queda na renda das famílias e o alto custo dos aluguéis.

as políticas de habitação existentes no Brasil não conseguem suprir a falta de moradias nos grandes centros urbanos, por conta do encarecimento das habitações. Em regiões metropolitanas como São Paulo, Rio e Belo Horizonte, a construção de projetos como “Minha Casa, Minha Vida” não 'cabe' no valor do terreno.

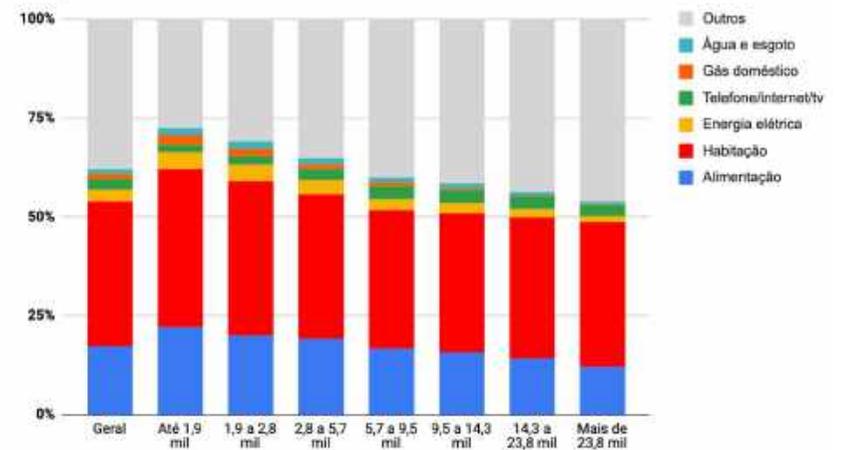
Inúmeras famílias, por não conseguirem pagar aluguéis e para não ficarem em situação de rua, se unem a movimentos sociais e procuram ocupações.

a Constituição Federal assegura o direito à propriedade privada desde que cumpra uma função social. Ou seja, os imóveis que se encontram permanentemente desocupados não cumprem nenhuma função social, logo são ilegais. Estes imóveis estão nessas condições à espera de investimentos públicos nos arredores que os valorizem. Assim, o proprietário consegue um alto lucro em cima da especulação imobiliária.

uma ocupação se define quando um grupo, organizado por um movimento ou não, ocupa um edifício ou terreno que se encontra abandonado pois o seu proprietário - muitas vezes grandes empresas, que possuem vários outros terrenos também - permanecendo assim ilegal, sem cumprir a sua função social estabelecida pela constituição.

o artigo 6º, também da constituição, assegura como um dos direitos sociais a moradia. Diante da lógica capitalista que mercantiliza a moradia visando o lucro dos proprietários, as ocupações por parte de movimentos populares é uma luta pelo direito de cidadania. As políticas de habitação existentes no Brasil não conseguem suprir a falta de moradias nos grandes centros urbanos, por conta do encarecimento das habitações. Em regiões metropolitanas como São Paulo, Rio e Belo Horizonte, a construção de projetos como “Minha Casa, Minha Vida” não 'cabe' no valor do terreno. Inúmeras famílias, por não conseguirem pagar aluguéis e para não ficarem em situação de rua, se unem a movimentos sociais e procuram ocupações.

Despesas das famílias brasileiras - POF 2018



o objetivo dos movimentos sociais, como a Frente de Luta pela Moradia (FLM) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), é pressionar o poder público no sentido de mudar as leis que regulam o reajuste do aluguel, impedir a gentrificação<sup>1</sup>, acelerar e ampliar os projetos habitacionais, e também exigir soluções emergenciais para casos críticos.

a existência de uma assistência técnica capacitada para estas ocupações, viabiliza a transformação de um edifício insalubre em uma habitação de qualidade para essas famílias.

(<sup>1</sup>) gentrificação:

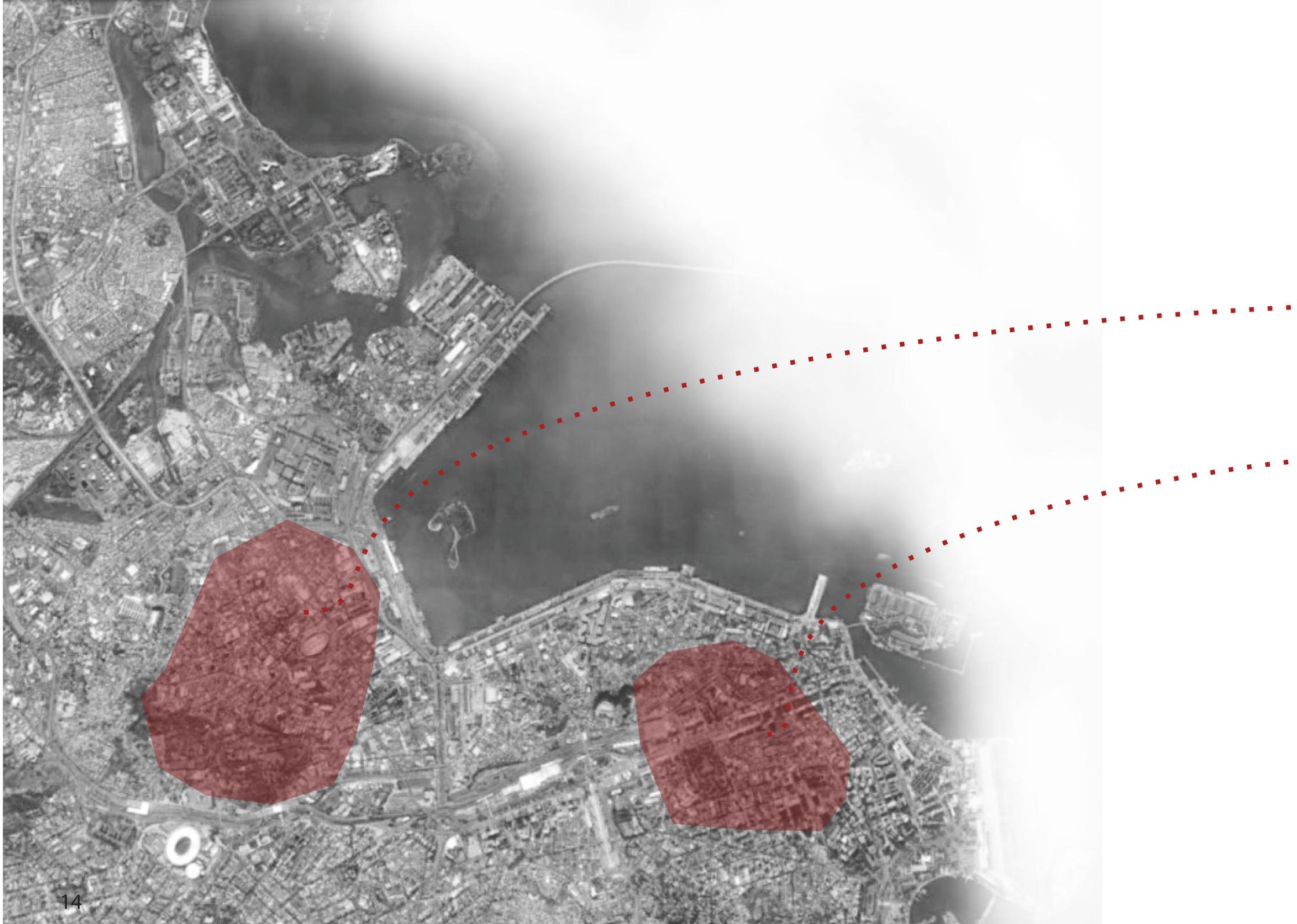
é o fenômeno que afeta uma região ou bairro pela alteração das dinâmicas da composição do local, tal como novos pontos comerciais ou construção de novos edifícios, valorizando a região e afetando a população de baixa renda local.



existem diferentes tipos de ocupações, para além das diferenças de custo, reaproveitamento das estruturas, conforto e segurança, entre ocupar um edifício ocioso e um terreno abandonado, temos uma característica fundamental que diferencia os dois tipos de ocupação: o imagético.

para a população em geral, a imagem passada quando determinada organização se apropria de um edifício ou um terreno. A tendência é que haja maior rejeição quando um edifício é ocupado, pois há a imagem de que estão se apropriando de algo (físico, construído) pertencente a alguém. Quando se trata de um terreno abandonado, não há o apego à matéria construída, pois são geralmente terrenos que acumulam lixo e insegurança à vizinhança.







quando se fala de ocupações urbanas o primeiro lugar que se pensa é a região central. Lá estão localizadas as principais ocupações que temos hoje na cidade. do Rio de Janeiro porém, nos últimos tempos, com o crescimento dos bairros, principalmente os adjacentes a estas regiões centrais ou no entorno imediato de linhas férreas e corredores de ônibus, novas ocupações de grande expressão tem surgido.

os movimentos de luta por moradia que ocupam o centro alcançam hoje pessoas que lutam por condições dignas também em favelas e periferias distantes do centro da cidade.



ao lado estão mapeadas as principais ocupações encontradas e acessadas durante a pesquisa. algumas percepções importantes durante os estudos são que as ocupações organizadas por movimentos sociais oferecem maior receptividade e sistematização de espaços e funções. Além de uma luta direcionada, com objetivos e deveres claramente delineados, e muitas vezes são acompanhados por uma assistência técnica judicial.

 principais ocupações organizadas por movimentos

 principais ocupações não organizadas por movimentos



as principais ocupações organizadas por movimento social localizadas no centro da cidade acabam recebendo maior atenção no que diz respeito à assistência técnica e visibilidade. Em contrapartida, as novas ocupações surgindo em lugares não centrais, ficam sujeitas à boa vontade do poder público que, por sua vez, acabam sempre favorecendo os donos dos terrenos/edifícios ocupados e desapropriando as famílias ocupantes.

seguindo por uma lógica de ocupações que já receberam algum tipo de projeto de arquitetura ou assistência técnica e são organizadas politicamente, e entendendo o processo em que se encontram as atuais ocupações e retrocessos no que tange as lutas sociais, principalmente as de luta por moradia, chegou-se a Vila Canaã.

 ocupações que receberam projeto de arquitetura

 ocupações que não receberam projeto de arquitetura

## capítulo 3 - a vila canaã

a vila canaã, localizada no bairro de são januário, se consolidou em 2018 como uma ocupação formada por 130 famílias tendo ficado mais de um mês acampadas nas ruas da comunidade e até na porta da prefeitura, esperando uma resposta do poder público, procuraram e se uniram ao movimento Brigadas Populares para se organizar politicamente.

o terreno ocupado pertence a uma companhia de ônibus desativada que deve, aproximadamente, 200 mil reais aos cofres públicos.



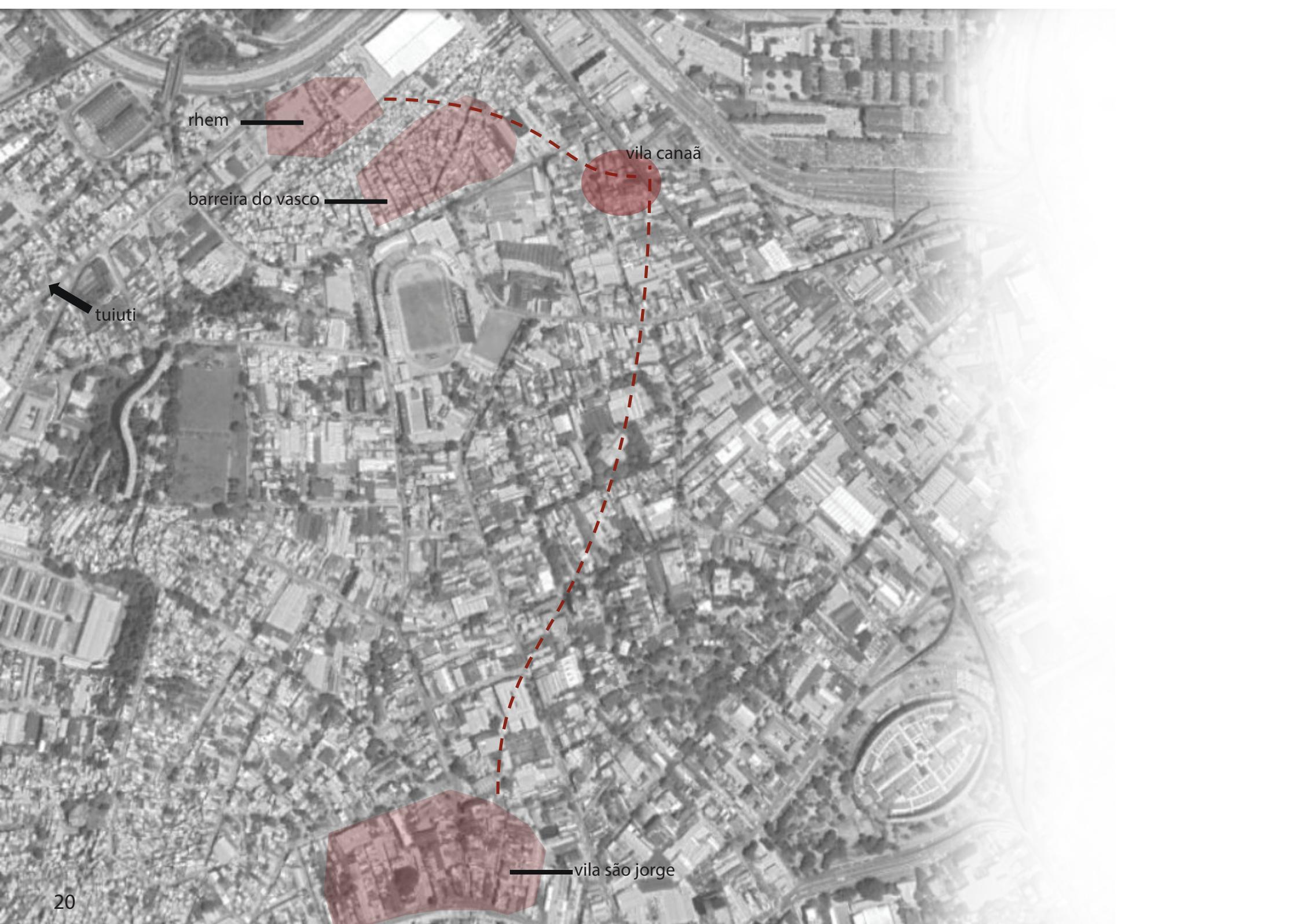
18



19



20



rhem

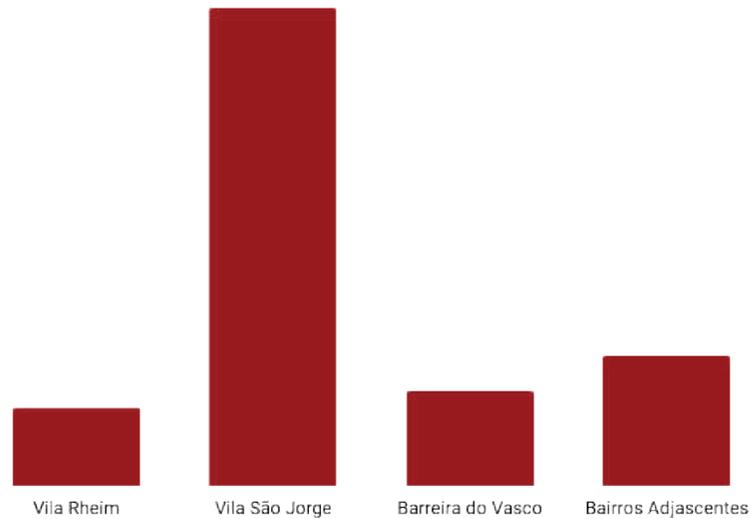
barreira do vasco

vila canaã

tuiuuti

vila são jorge

de onde vem quem ocupa a vila canaã?



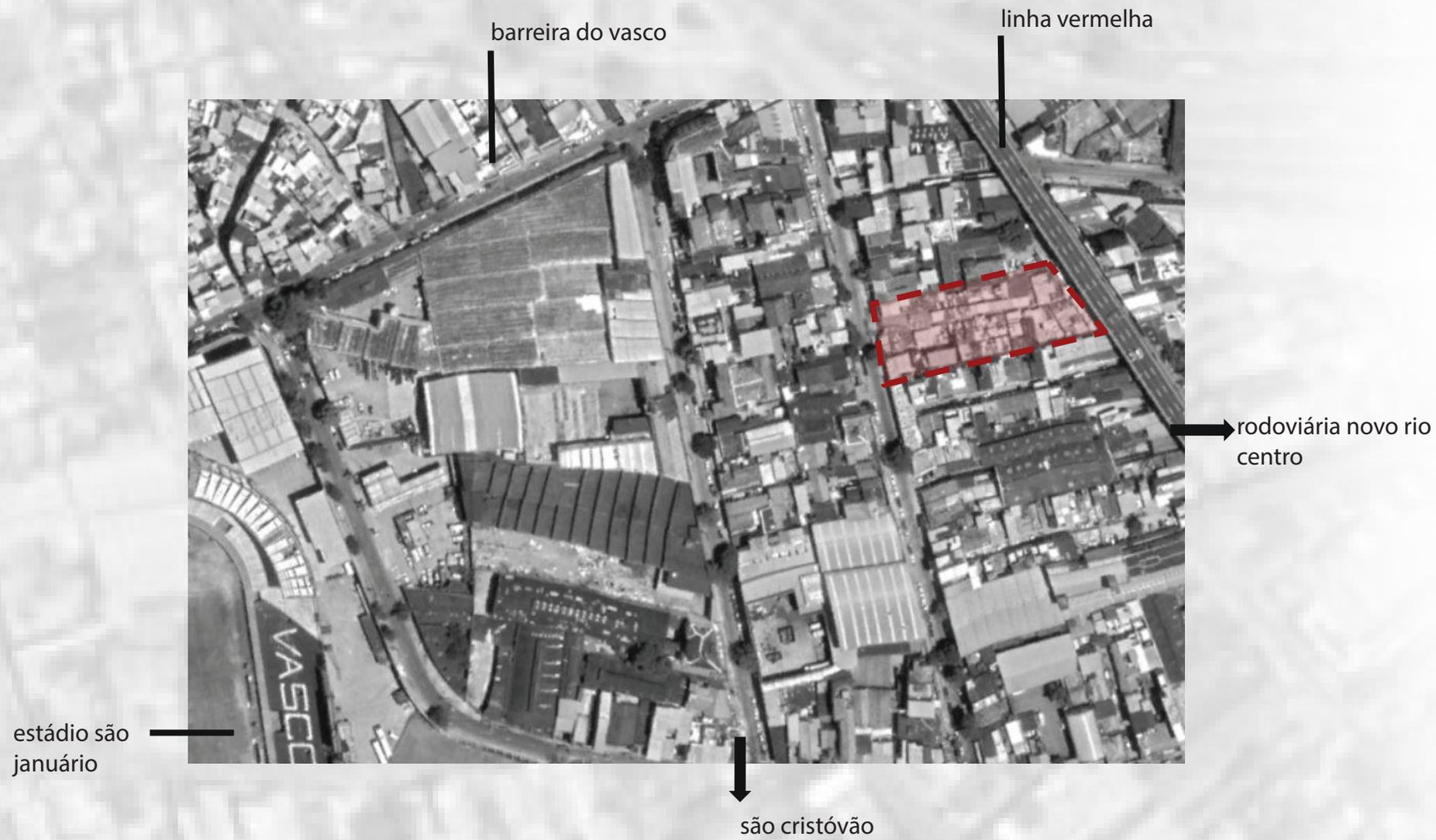
. identidade .  
. vivência do lugar .  
. relação com a vizinhança .

as famílias que ocupam a vila canaã são vindas de outras ocupações (como a Vila São Jorge e a Rhem) e de despejos de aluguel de comunidades próximas (como a Barreira do Vasco, e bairros adjacentes). Essa é a principal característica notada durante a escolha do recorte para intervenção, e difere quem ocupa o centro da cidade e quem ocupa a zona norte, a identidade e relação afetiva com o lugar.



localiza-se próximo de **vias expressas** e do **centro da cidade**, além de também estar em um **centro de bairro**, próximo de pontos importantes como o estádio São Januário e a feira de São Cristóvão, próximo a comércios, serviços e transportes.

o terreno possui **3018,97m<sup>2</sup>** e, hoje, abriga **124 famílias**.





a ocupação atualmente é composta de 124 casas, em lotes de 5x7m, com instalações de água, esgoto e luz feita pelos próprios moradores em esquema de mutirão. Houve o reaproveitamento de estruturas existentes no terreno, da antiga garagem de ônibus, e os dois espaços de uso comum existentes são a chamada praça e a associação dos moradores.

a organização é feita em becos e vielas, com duas entradas, sendo a sua principal na rua newton prado e a secundária na rua bela.

-  estruturas existentes
-  espaços de uso comum



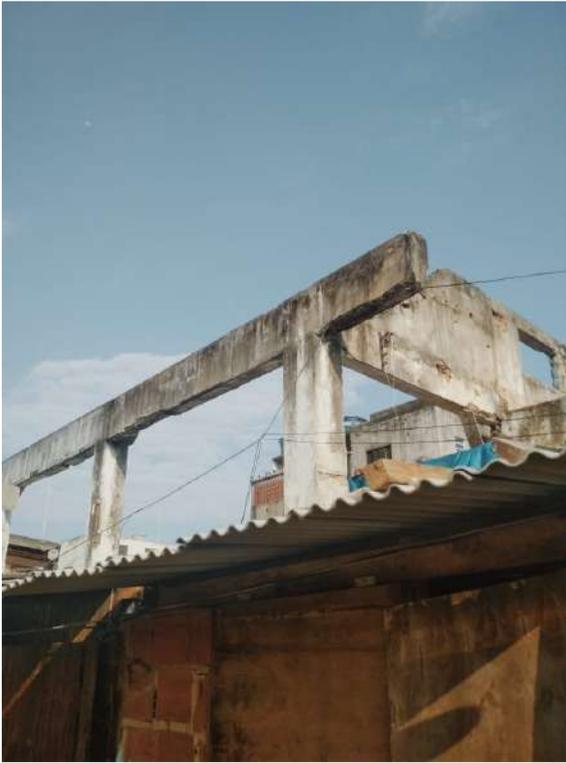
21



22



23



24



25



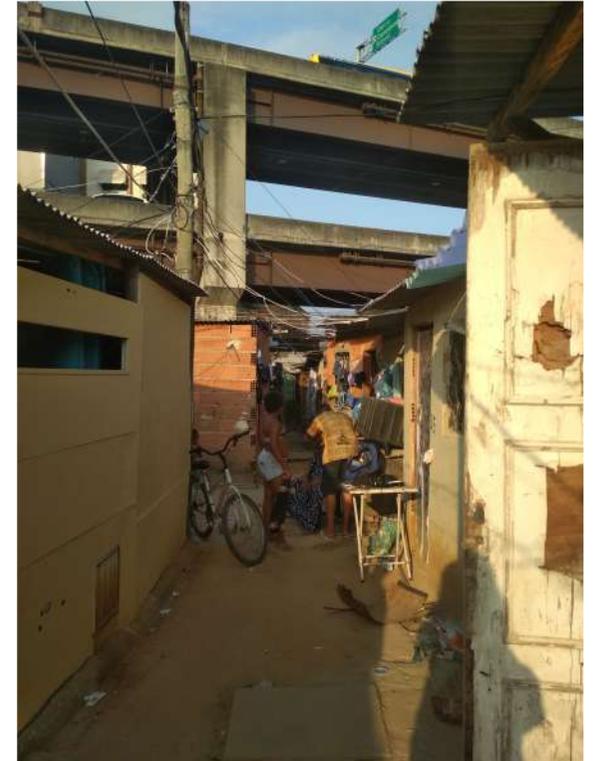
26



27



28



29

## capítulo 4 - repertório



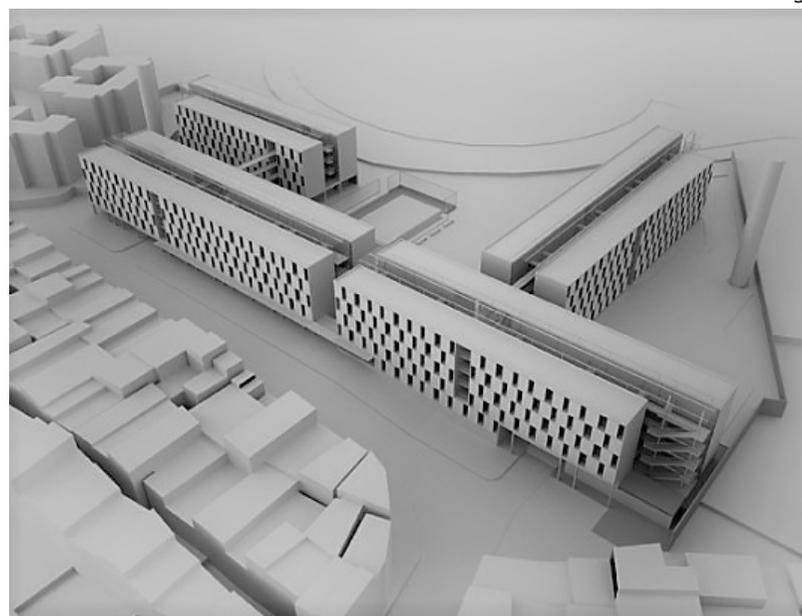
30

conjunto habitacional jd. lidiane -  
andrade morettin arquitetos  
2011

são paulo, sp

área total 11.146 m<sup>2</sup>

área construída 17.944 m<sup>2</sup>



31



32

from dom-ino to polykatoikia - berlage  
institute in rotterdam

2012

atenas

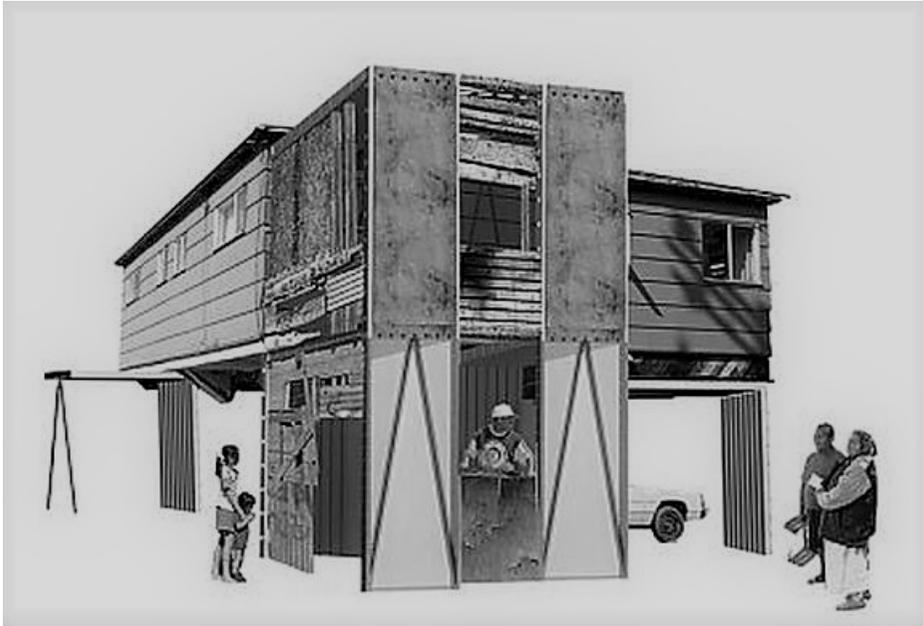


33

the formal-informal

teddy cruz

2014



34

35





36

copromo - usina

1998

osasco, sp

1000 famílias



37



38

iapi da penha - mmm roberto

1949

rio de janeiro, rj



39



40

edifício fidalga - andrade morettin  
arquitetos

2011

são paulo

3775m<sup>2</sup>

41



## capítulo 5 - proposta

- . famílias com renda de 0 a 3 salários mínimos
- . 130 famílias cadastradas na ocupação:
  - 63 famílias de 1 ou 2 pessoas
  - 50 famílias de 3 ou 4 pessoas
  - 17 famílias de 5, 6 ou 7 pessoas
- . aproximadamente 80 crianças morando na vila
- . idosos, gestantes e deficientes físicos

- . região administrativa VII (RA VII) - são cristóvão
- . área de planejamento I (AP1) - vasco da gama
- . gabarito máximo: 21,5m - 6 pavimentos
- . iat= 3,0
- . taxa de permeabilidade= 15% da área do lote

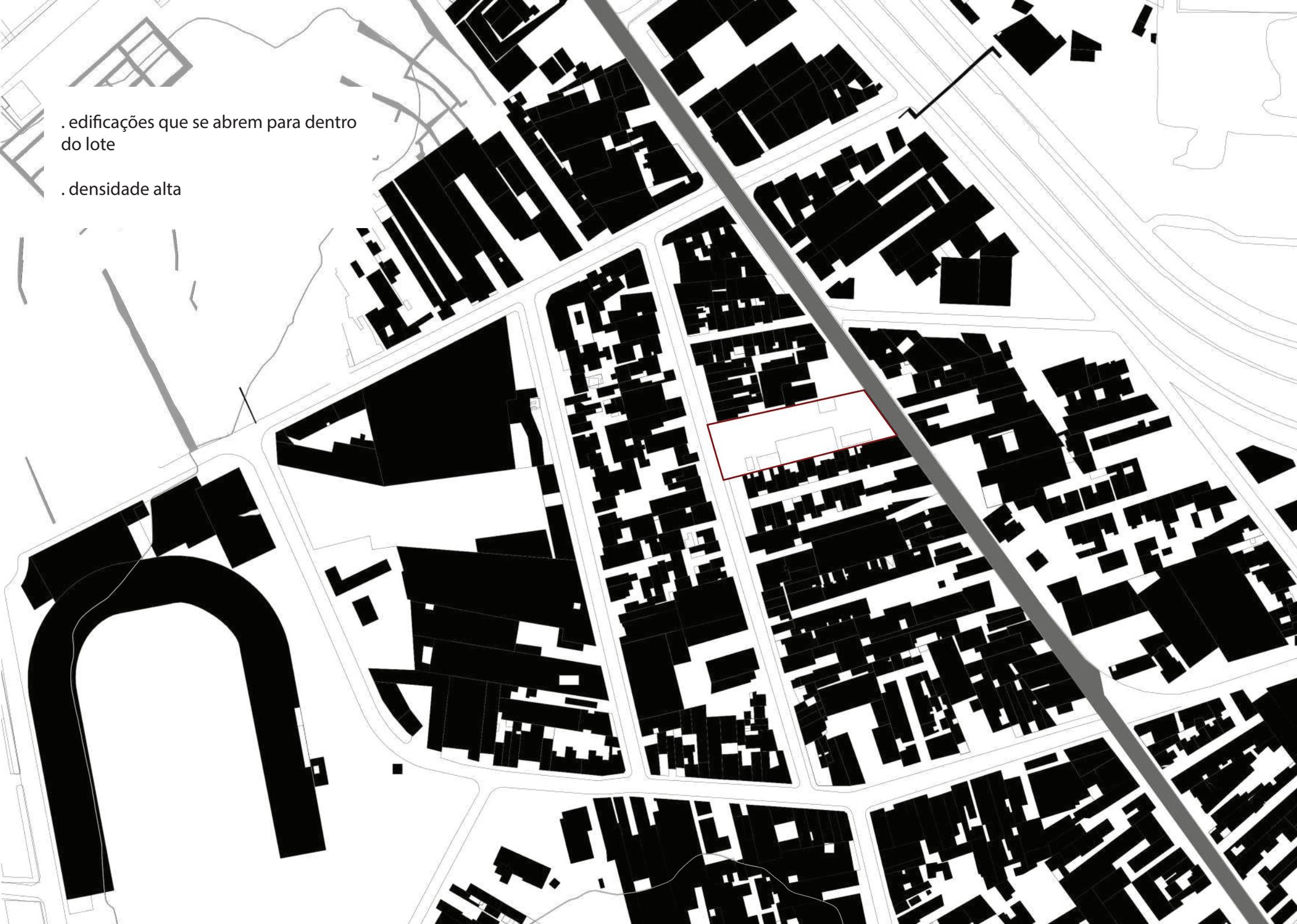
### programa

- . habitações com diferentes tipologias para atender famílias e necessidades diversas
- . espaços de uso comum que atendam a atividades de lazer e serviços

- . área permeável = 452,84m<sup>2</sup>
- . ATE = 9056,91m<sup>2</sup>

. edificações que se abrem para dentro do lote

. densidade alta



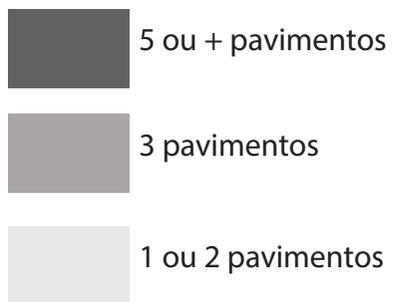
## usos do solo

- . predominantemente residencial
- . muitas edificações de serviços
- . demanda por comércios locais (poucos existentes)



## **gabarito**

- . edificações mais altas são as de serviços (galpões)
- . edificações mais altas próximas da linha vermelha



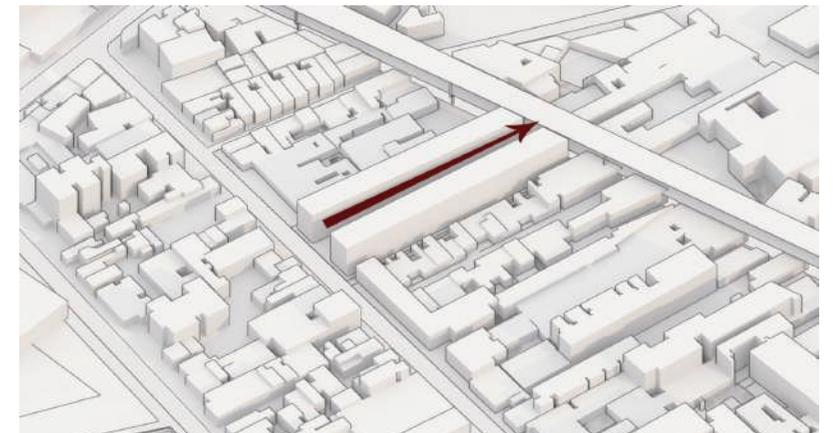
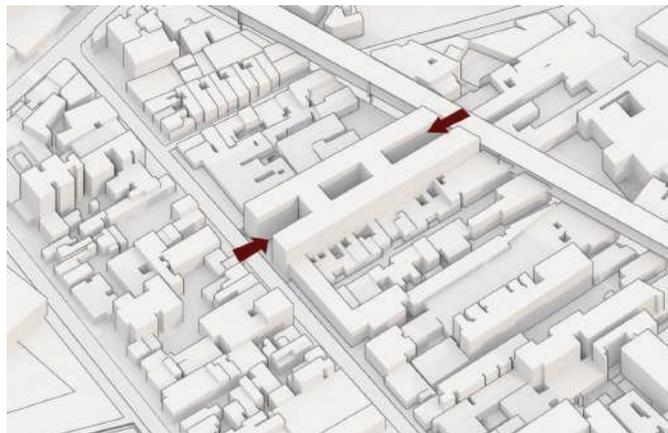
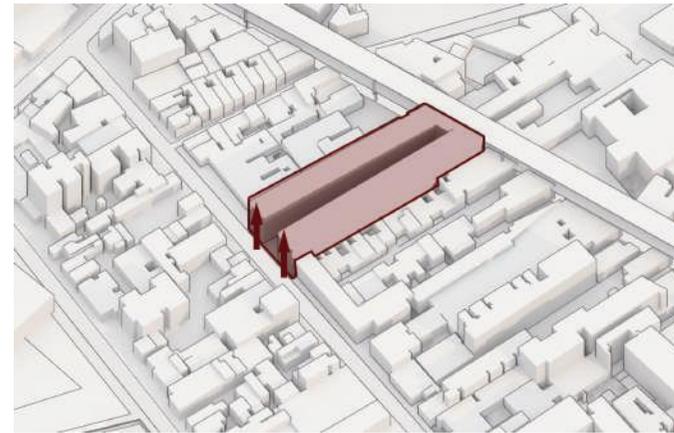
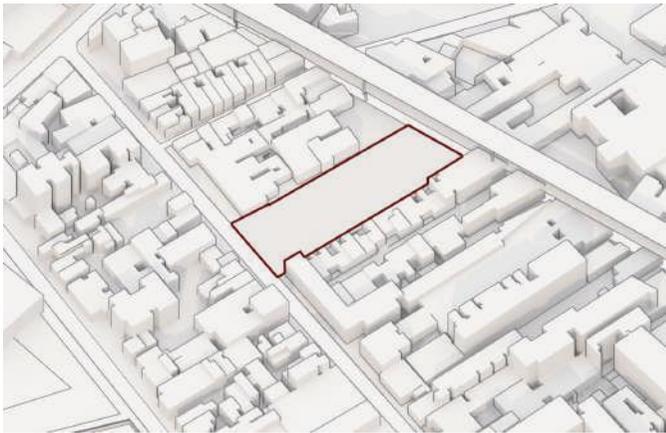


- ônibus
- - - - - carro
- pedestres
- ponto de ônibus

. criação de novo fluxo de pedestres

."olhos" para o espaço coletivo

. programa participativo





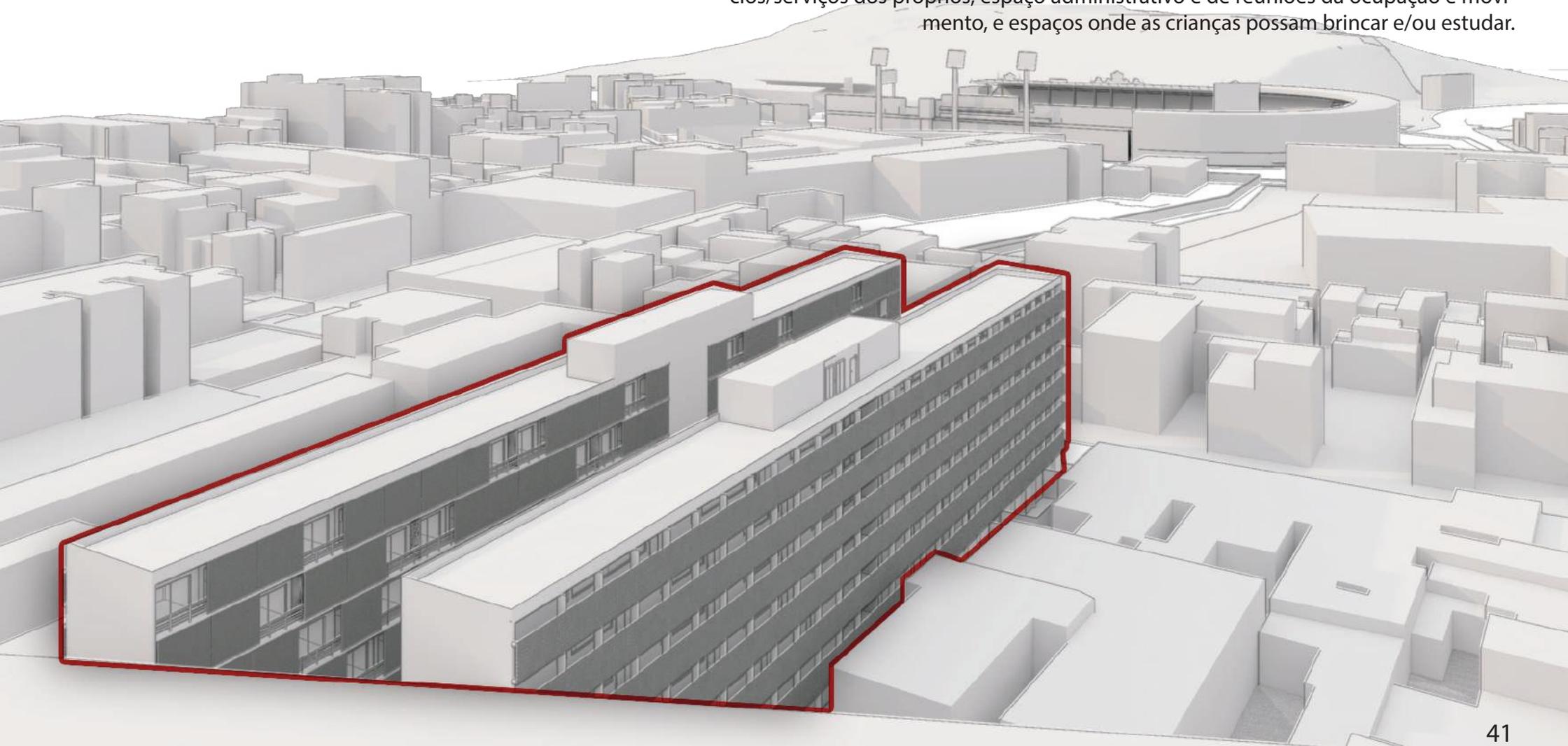
rua newton prado

rua bela



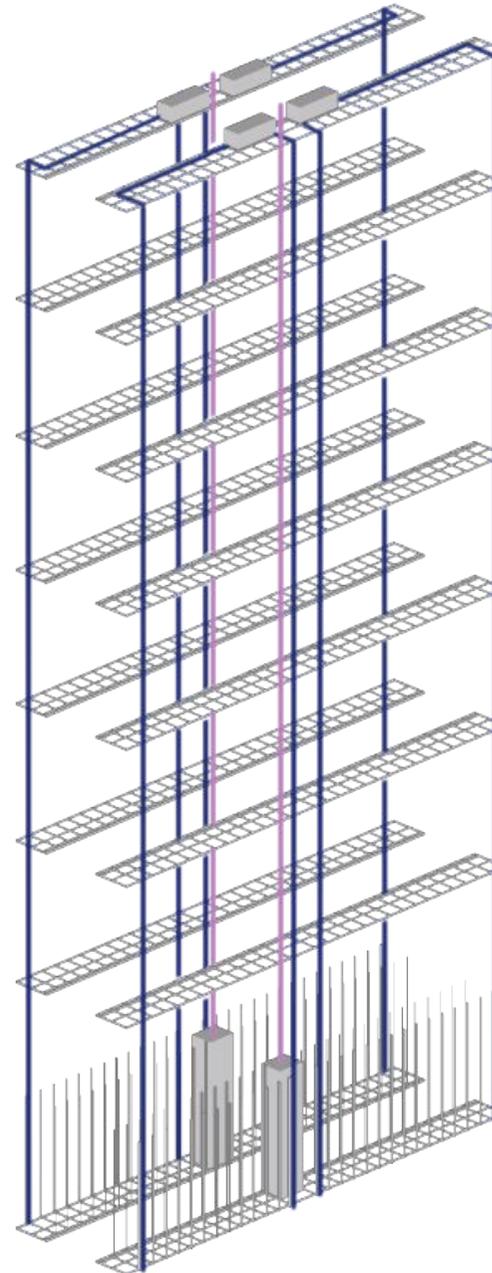
a implantação busca criar um novo fluxo para os pedestres e moradores da ocupação. Se abrir para dentro do terreno também é uma estratégia diretamente ligada à coletividade existente, sempre com os “olhos” voltados para o espaço comum entre quem ocupa e mora de forma tão colaborativa como em uma ocupação.

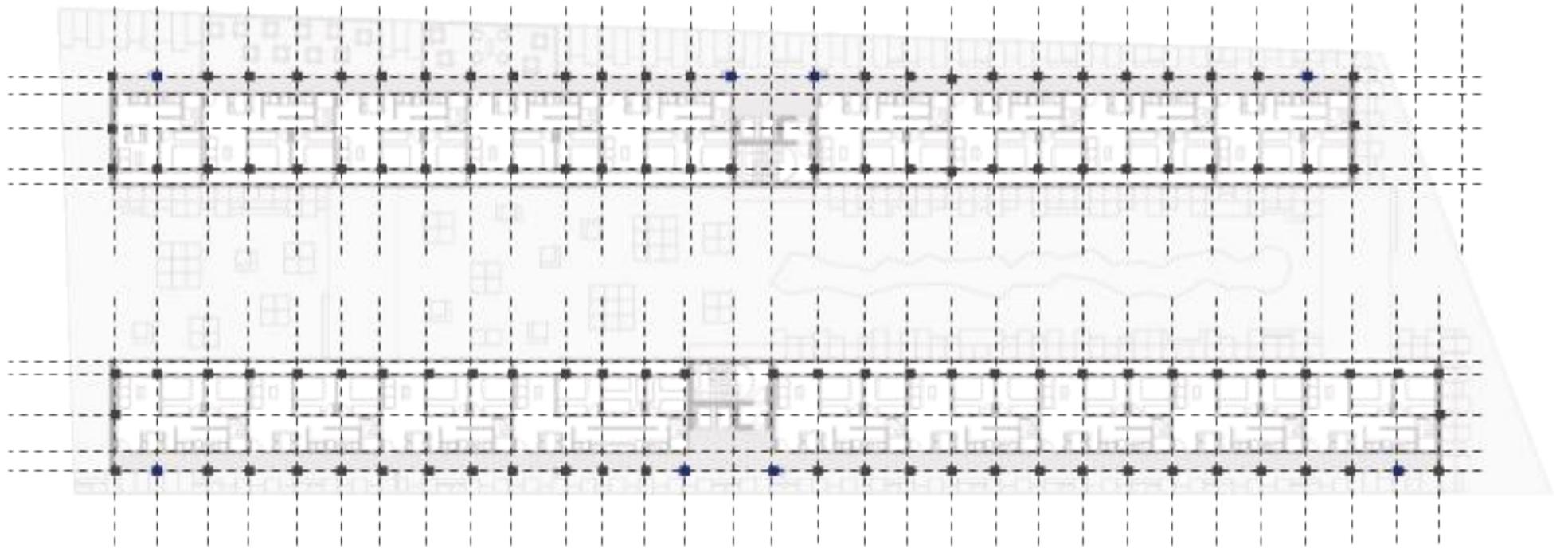
o programa foi elaborado de forma participativa, levando em consideração as demandas reais dos moradores, como : habitações de tamanhos diferentes de acordo com as famílias, espaços de uso livre que possam ser adaptados para futuros comércios/serviços dos próprios, espaço administrativo e de reuniões da ocupação e movimento, e espaços onde as crianças possam brincar e/ou estudar.

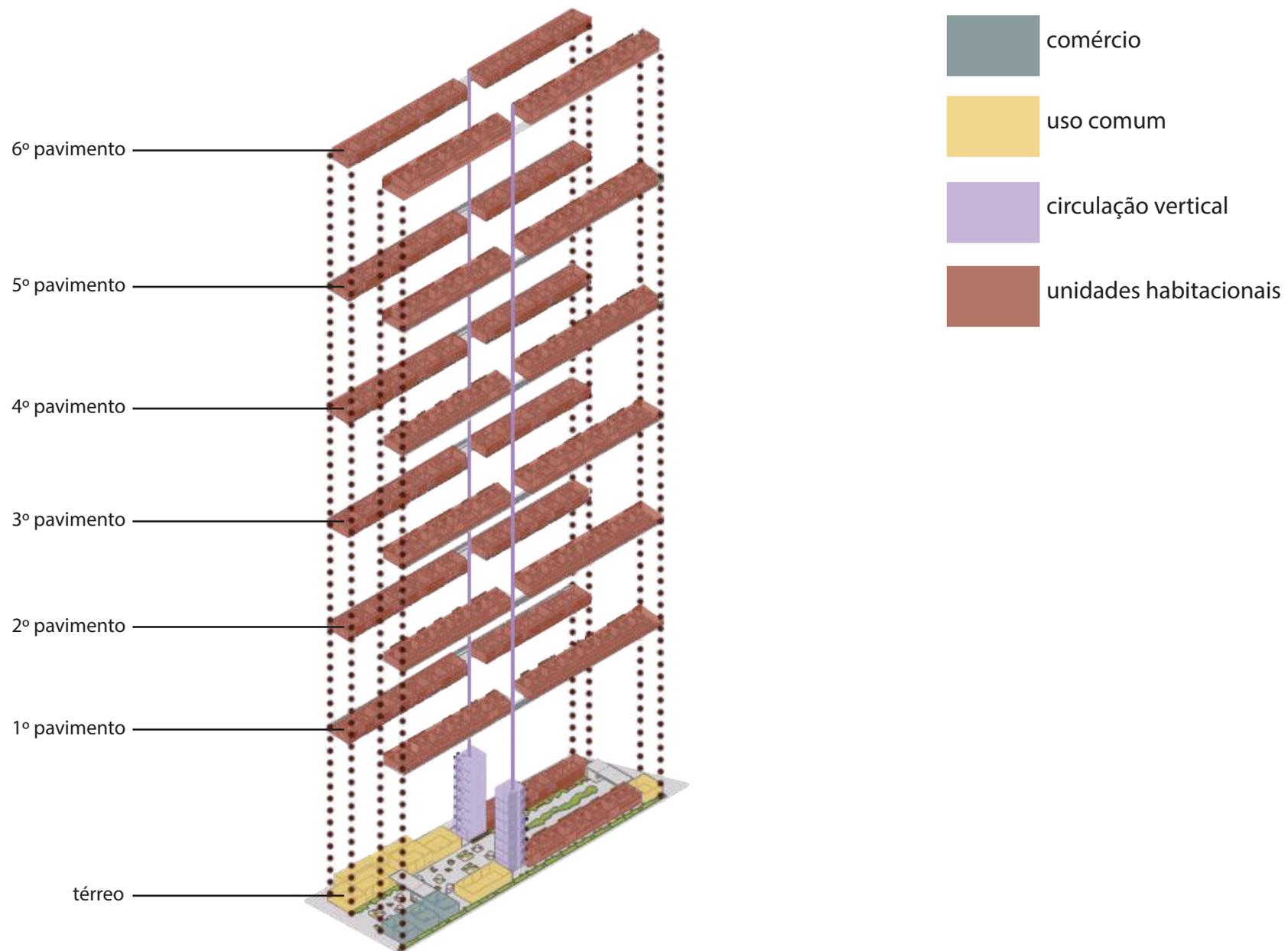


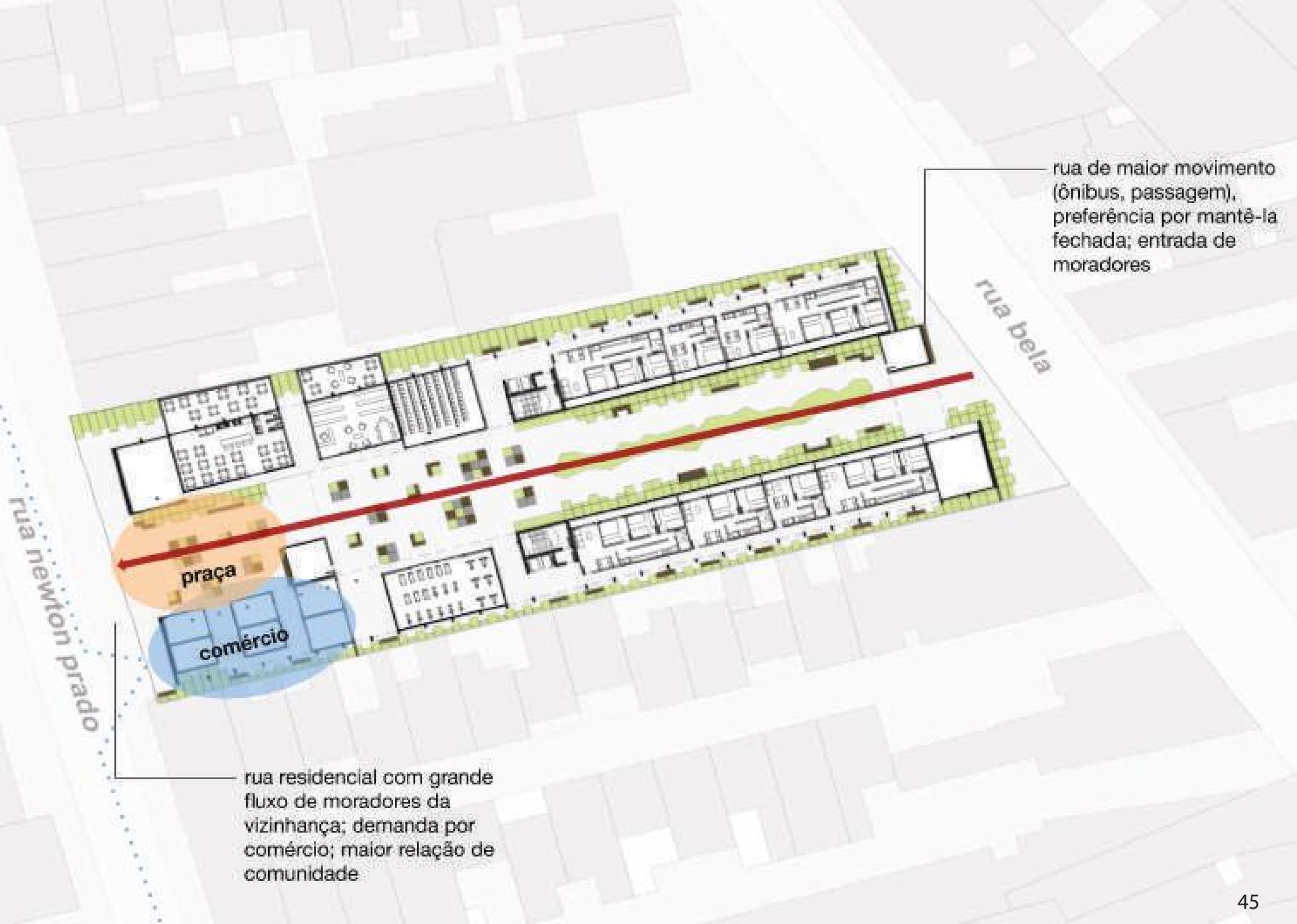
a estrutura do edifício é em alvenaria comum (sistema de laje, pilar e viga) visando a facilidade de mão de obra e materiais, além de seu custo.

o edifício também foi pensado de maneira modular, com o intuito de facilitar a construção, estrutura e instalações.









rua de maior movimento (ônibus, passagem), preferência por mantê-la fechada; entrada de moradores

rua bela

praça

comércio

rua residencial com grande fluxo de moradores da vizinhança; demanda por comércio; maior relação de comunidade







com a necessidade de moradias no térreo, o paisagismo foi pensado de forma que pudesse trazer privacidade e menor fluxo de pessoas na parte residencial, e mais espaços de convivência e permanência onde estão localizadas as áreas de uso comum, como biblioteca, academia, salão de festas e comércio.



térreo  
escala 1/500













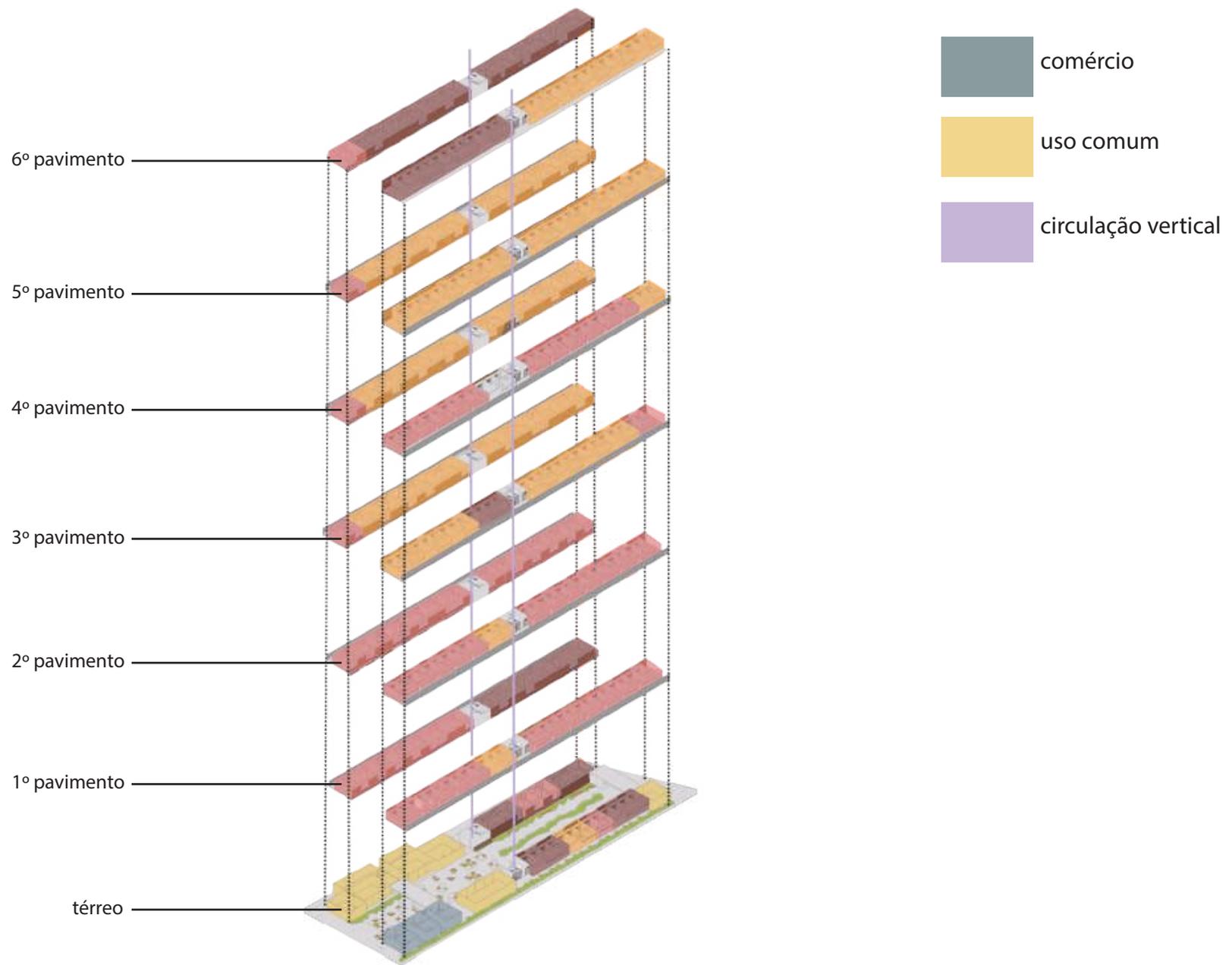
circulação vertical

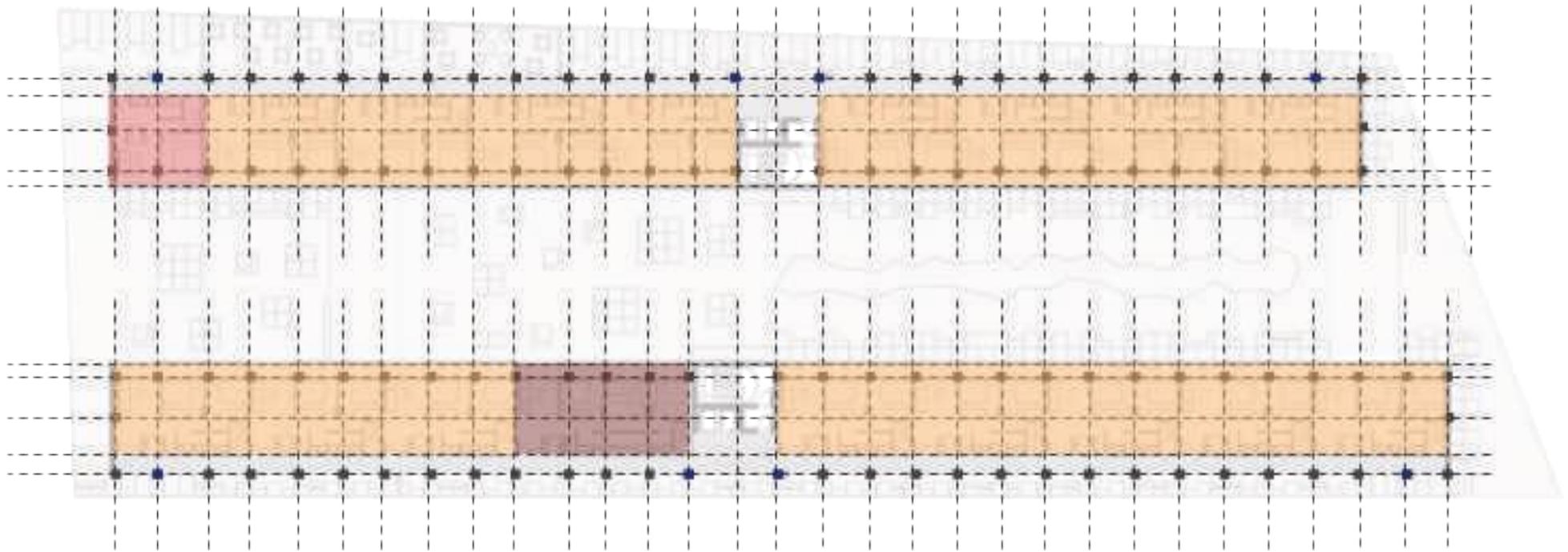


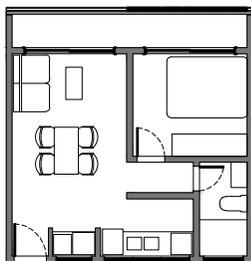
unidades habitacionais



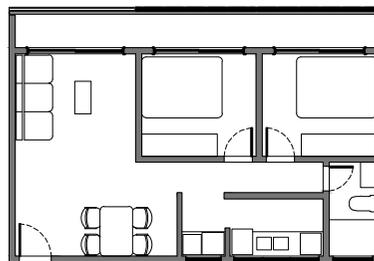
circulação do pavimento



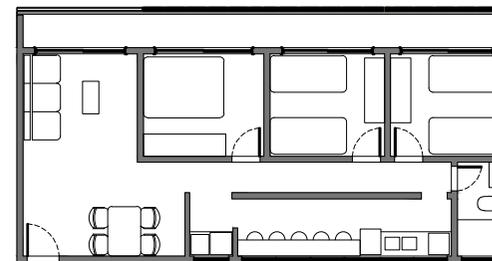




unidade 30m2  
5x6  
famílias de 1 a 2 pessoas



unidade 45m2  
5x9  
famílias de 3 a 4 pessoas



unidade 60m2  
5x12  
famílias de 5 a 7 pessoas

escala 1/200



primeiro pavimento  
escala 1/500



segundo pavimento  
escala 1/500





terceiro pavimento  
escala 1/500





quarto pavimento  
escala 1/500





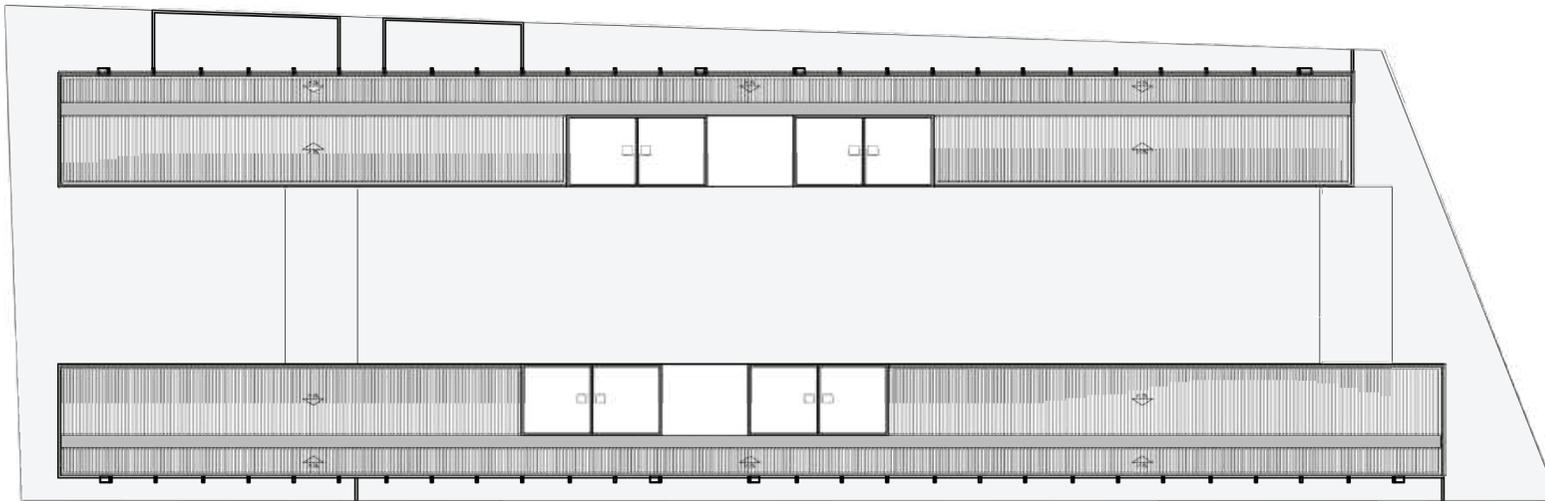
quinto pavimento  
escala 1/500





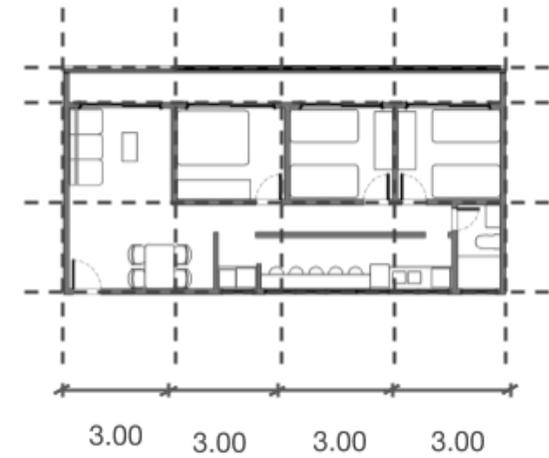
sexto pavimento  
escala 1/500





cobertura  
escala 1/500

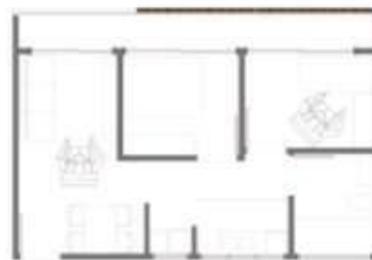




. opções de adaptação



• unidade 30m<sup>2</sup>  
possibilidade de  
comércio



• unidade 45m<sup>2</sup>  
adaptação pcd



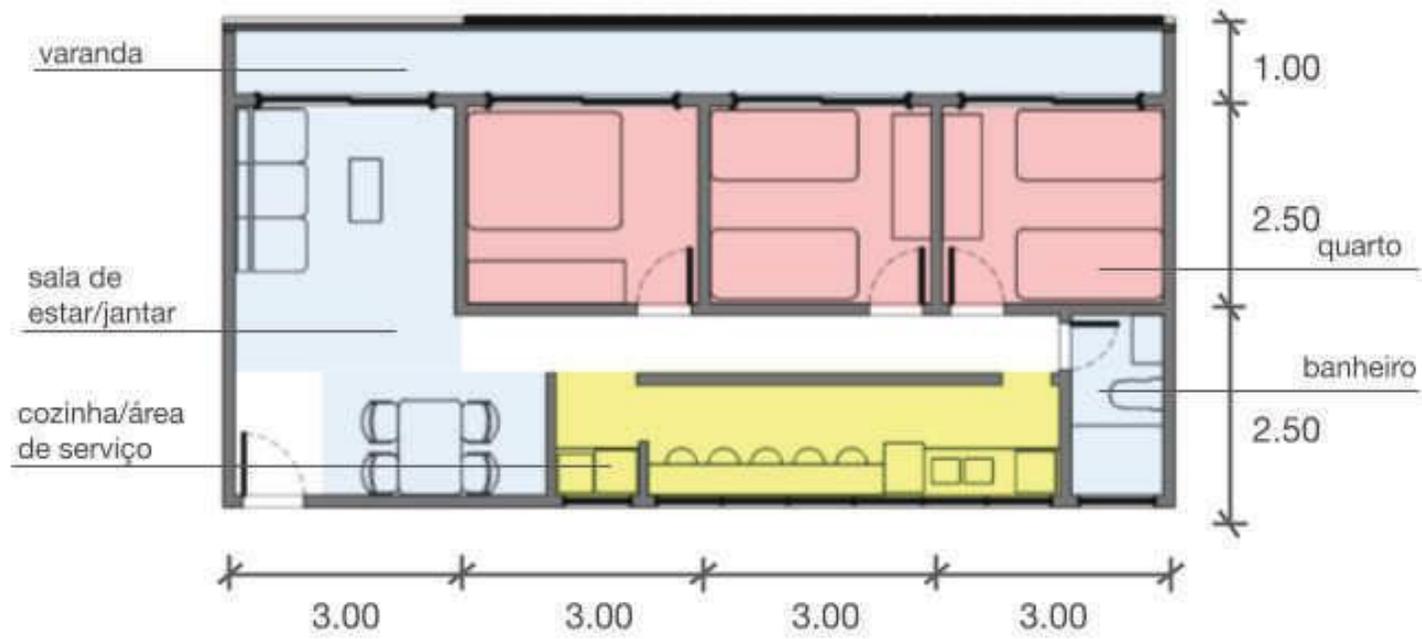
• unidade 60m<sup>2</sup>  
possibilidade de  
comércio

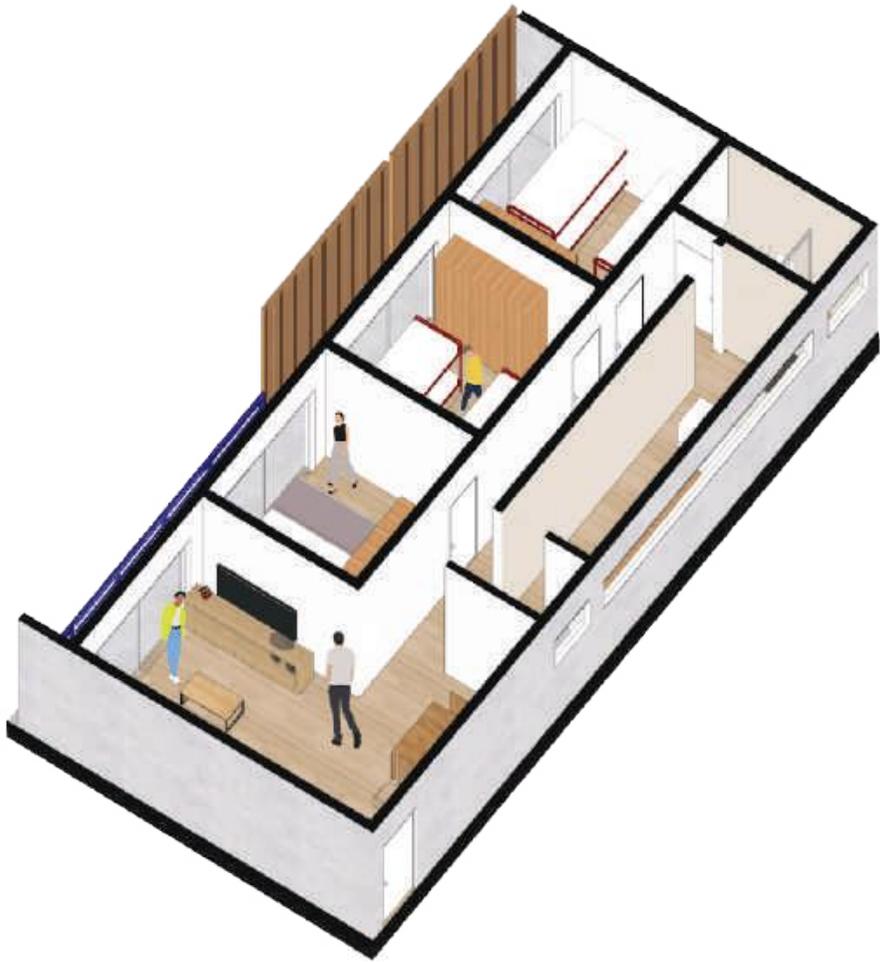


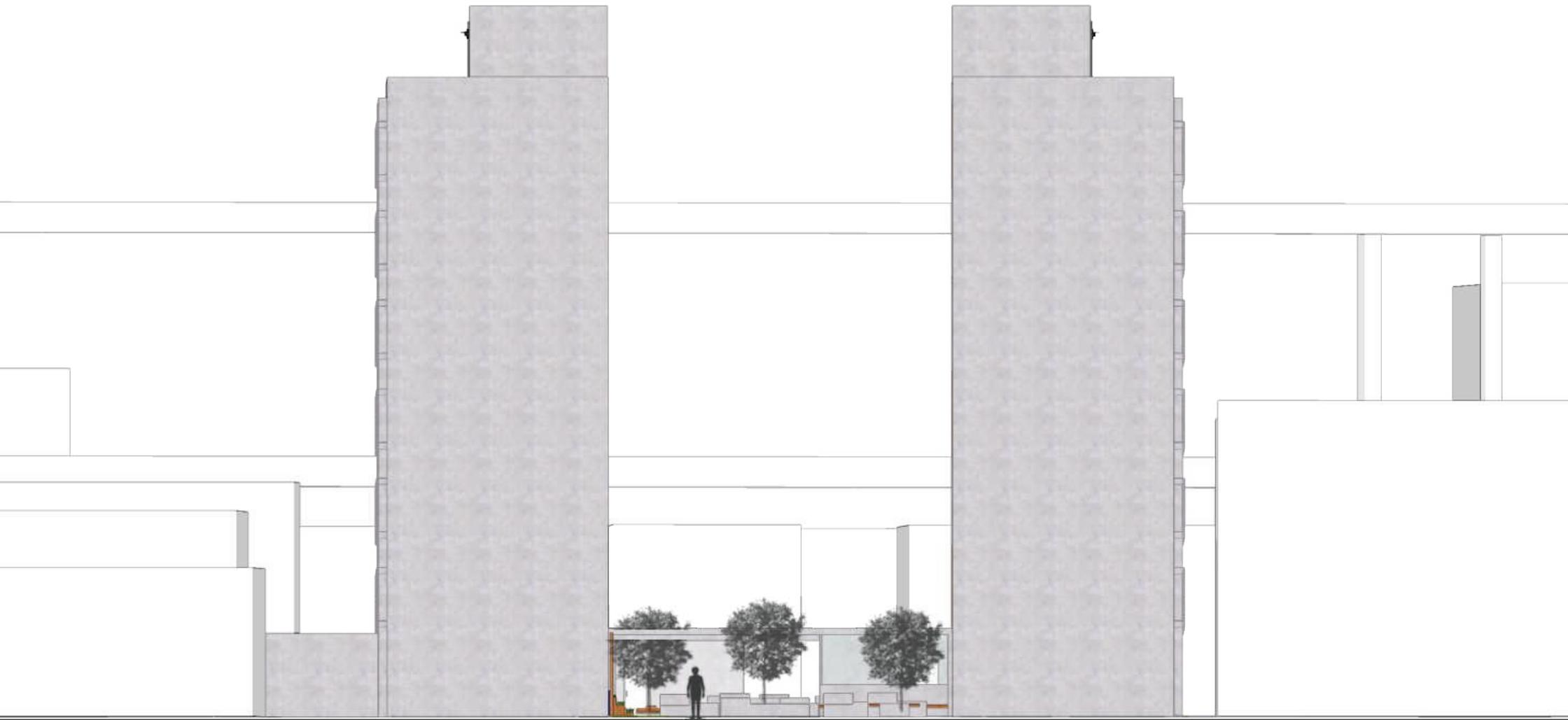










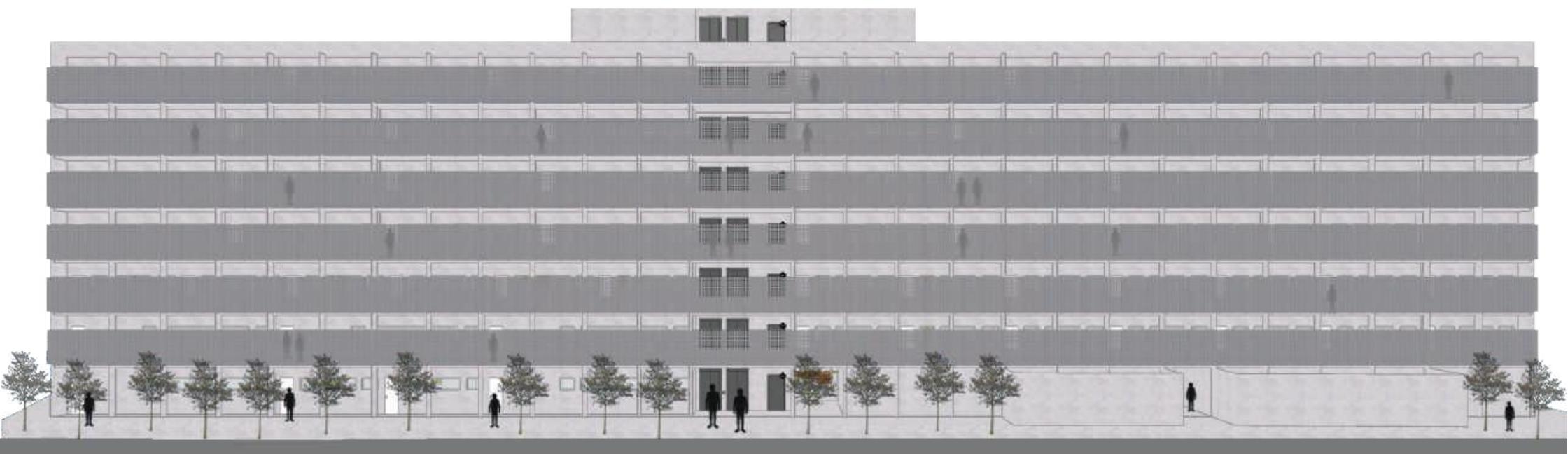




fachada norte interna



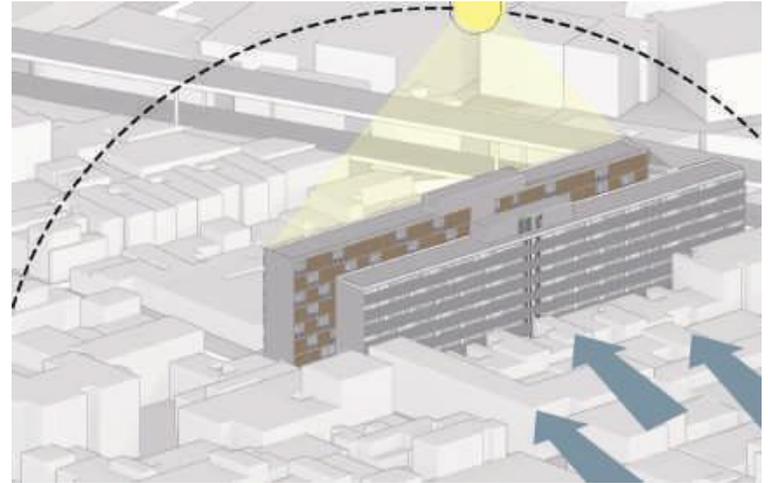
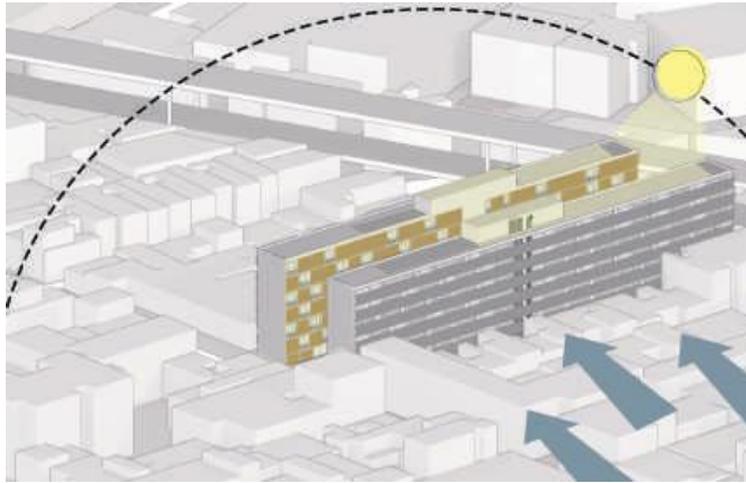
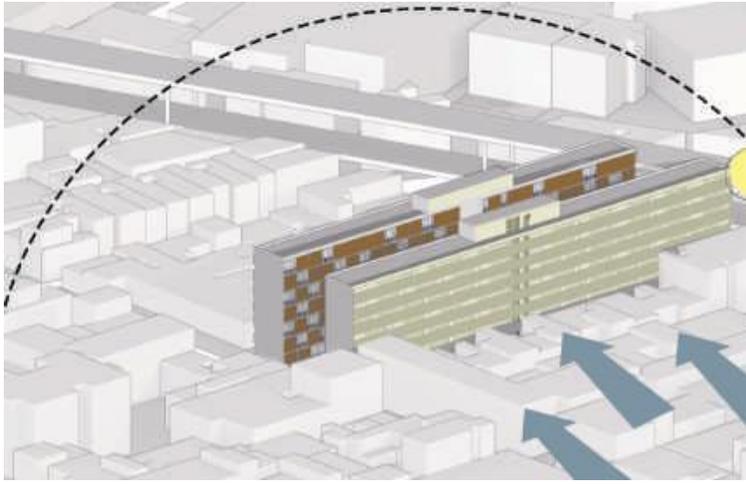
fachada norte externa

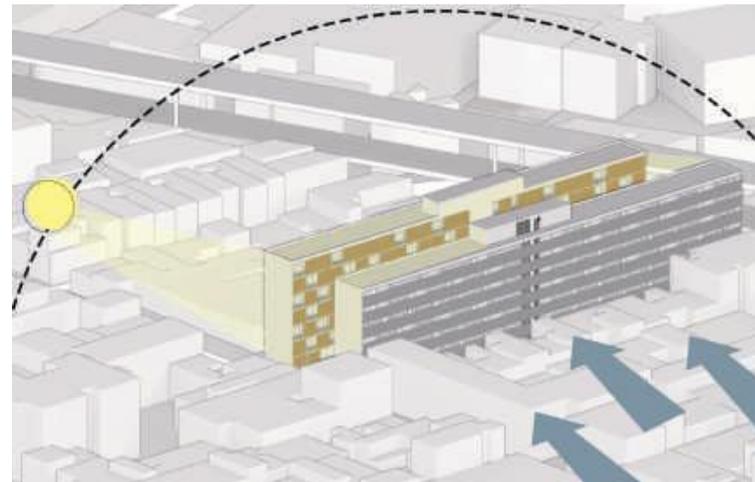
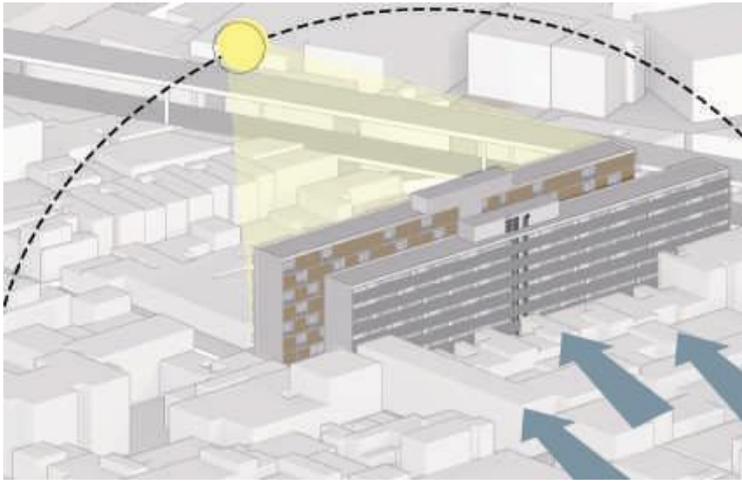


fachada sul interna



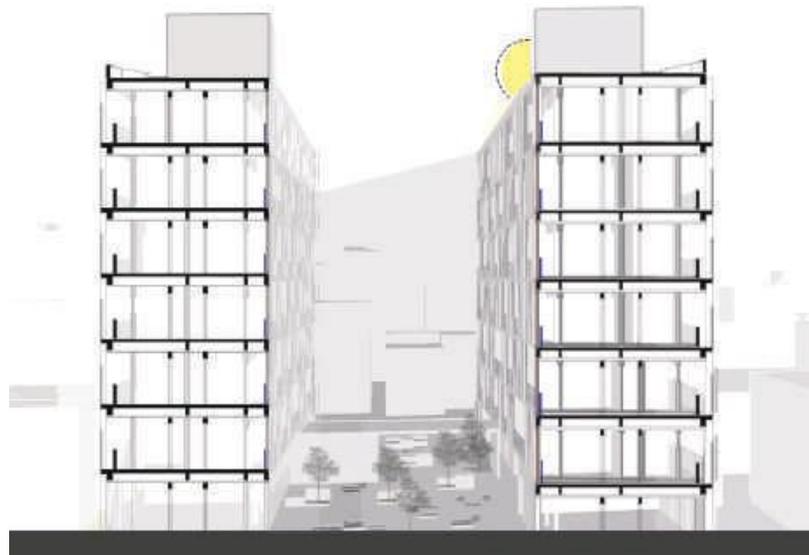
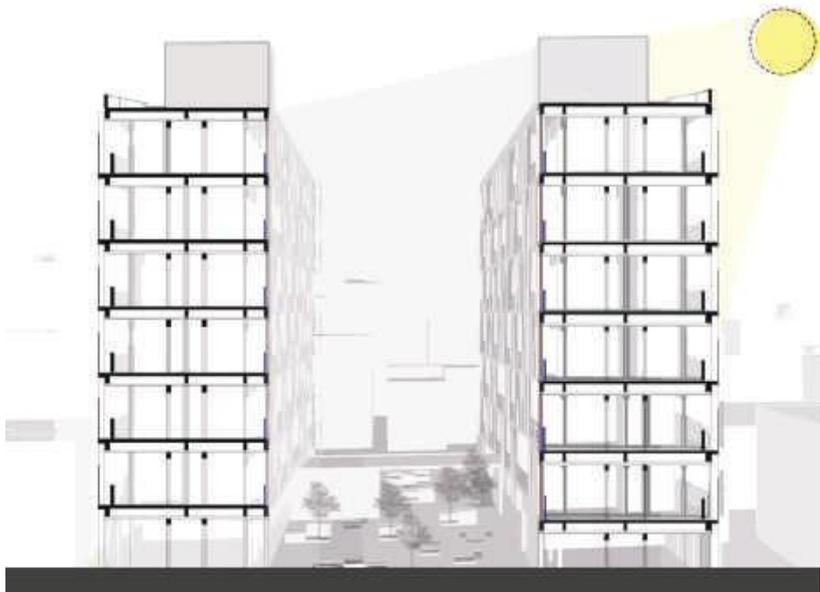


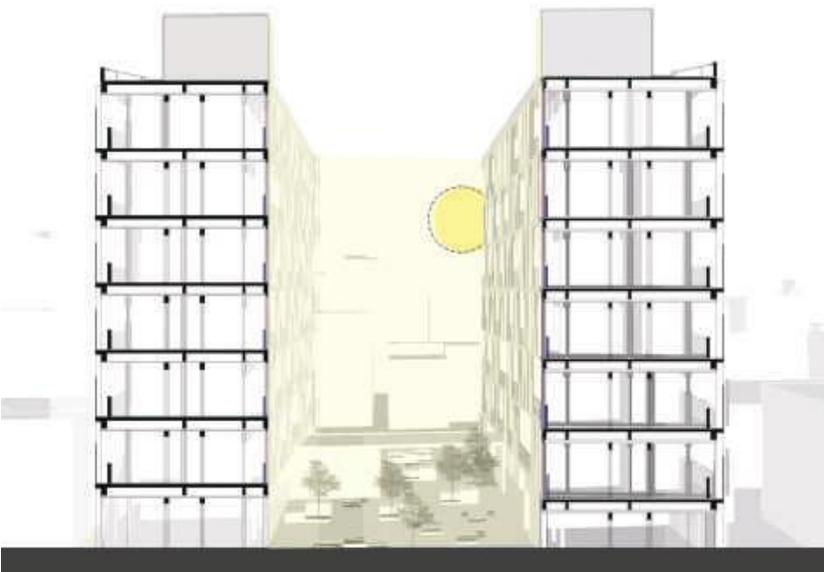






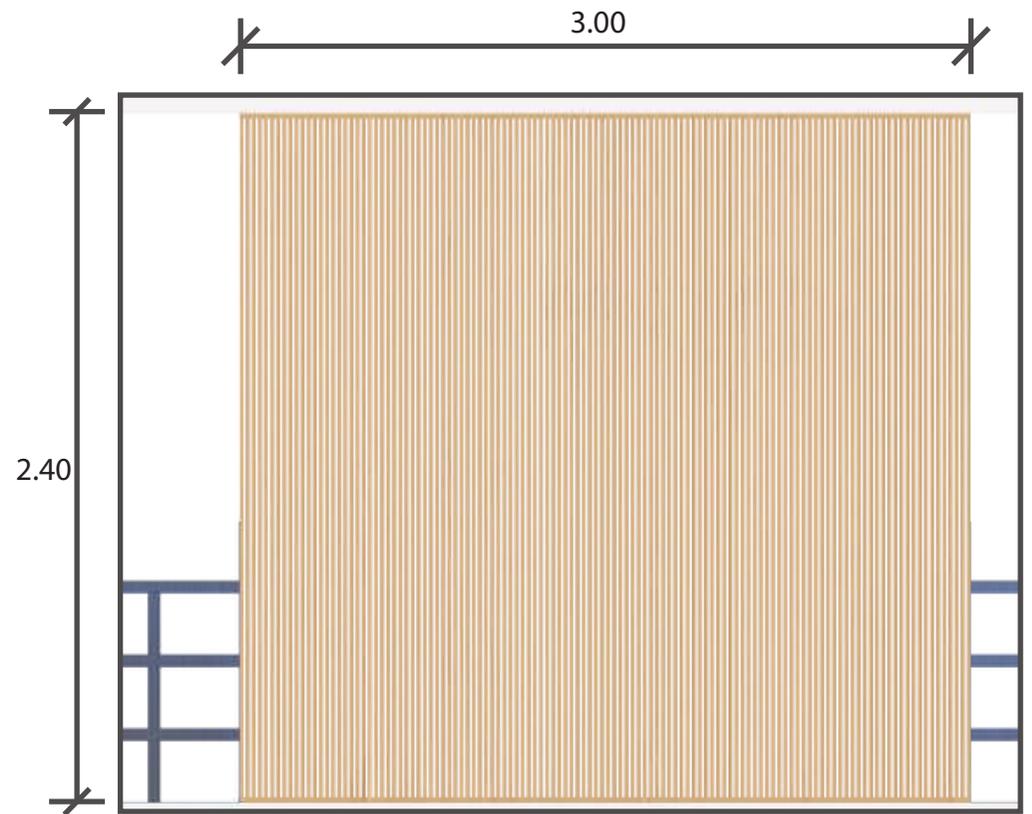
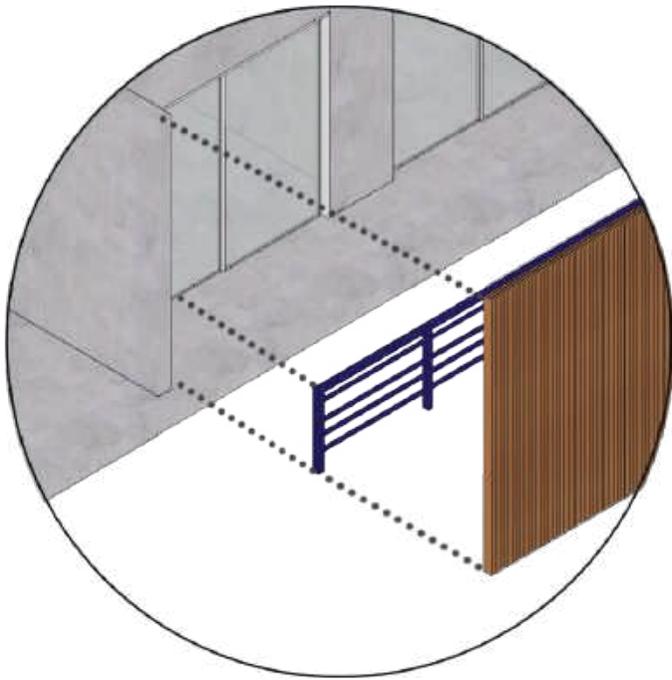






ampliação 1



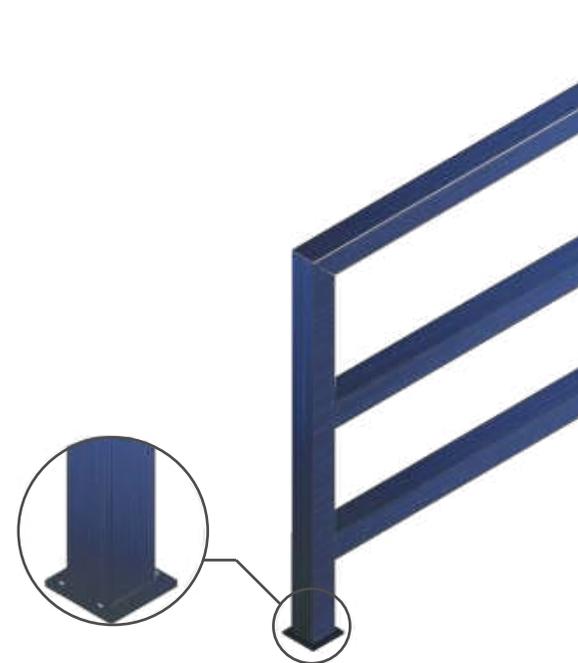


ampliação 1

brise em madeira

guarda corpo metálico  
com pintura azul fixado  
na laje

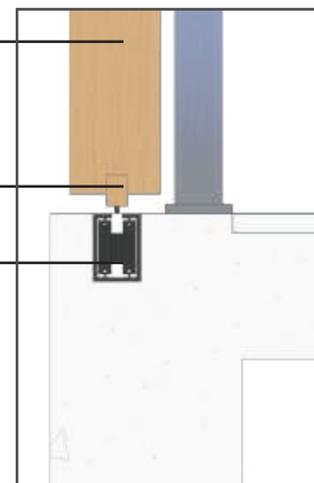
trilho embutido  
na laje

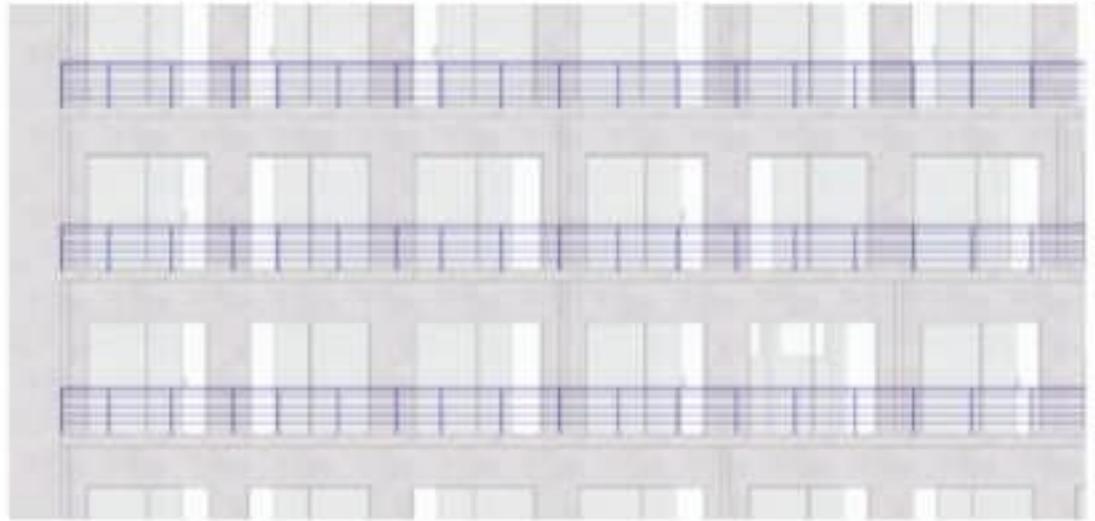
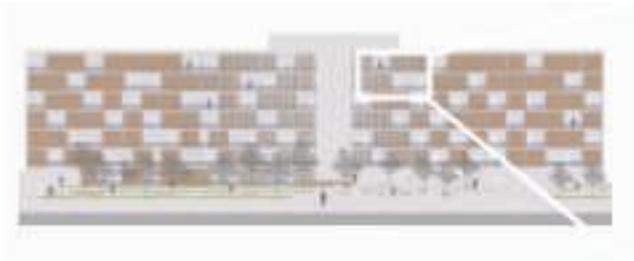


brise em madeira

sarrafo para  
fixação do brise  
no trilho

trilho embutido  
na laje





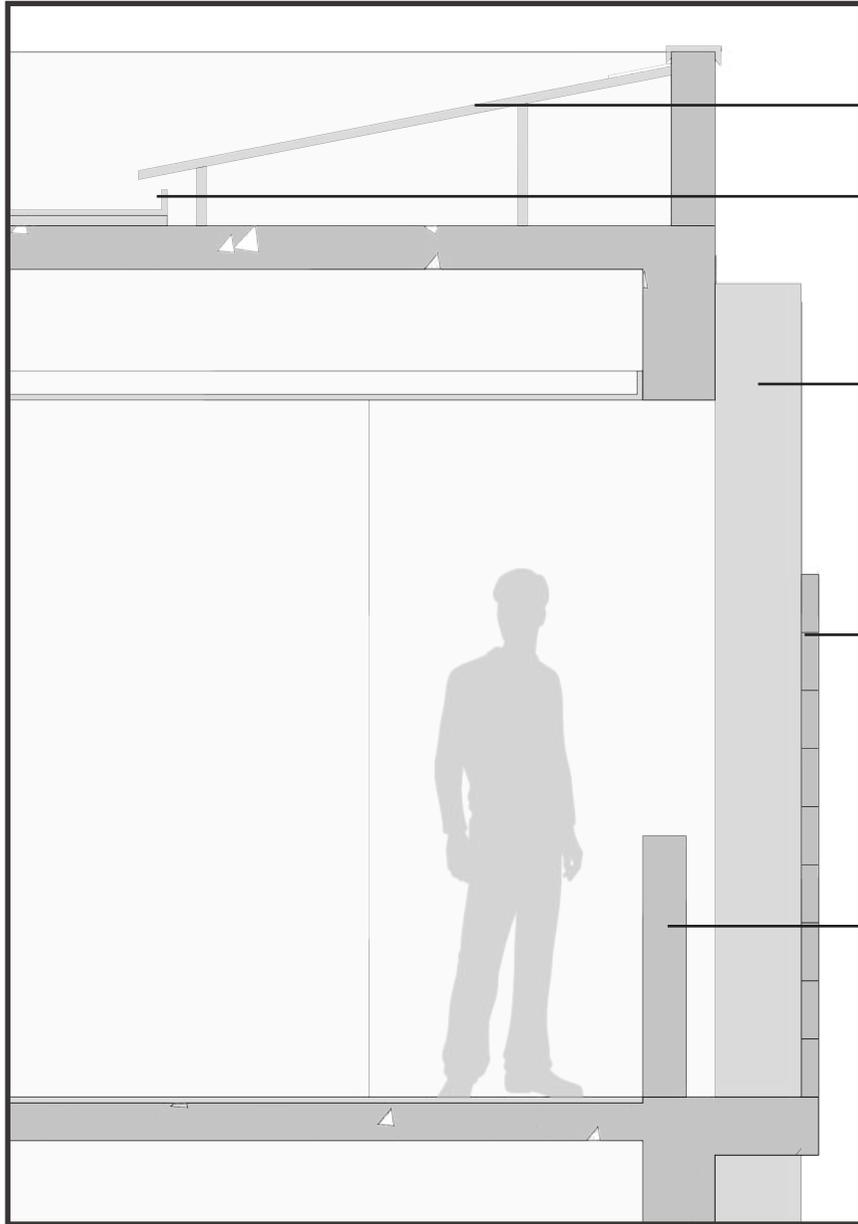
porta de correr 2 folhas em  
alumínio com pintura na cor  
branca com vidro incolor



ampliação 2



ampliação 2



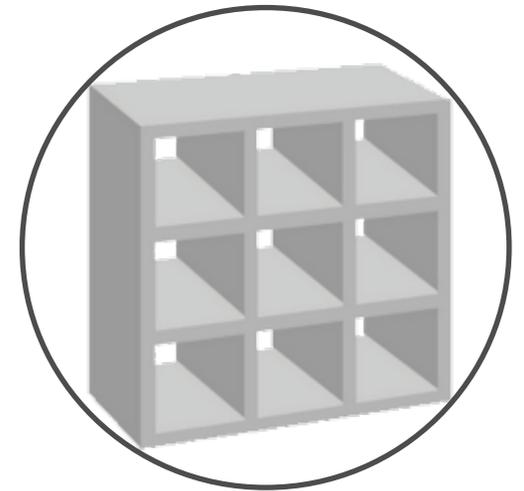
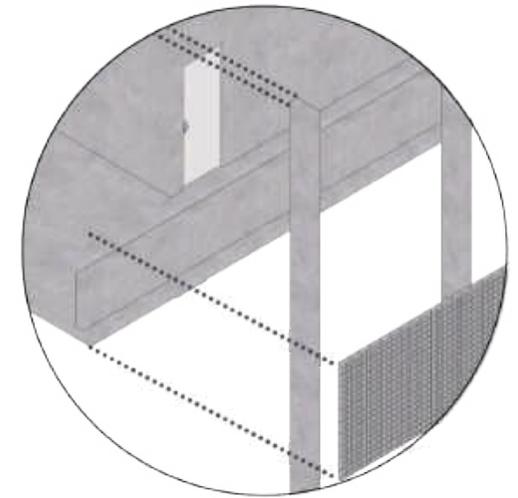
telha de fibrocimento  
 $i= 3\%$

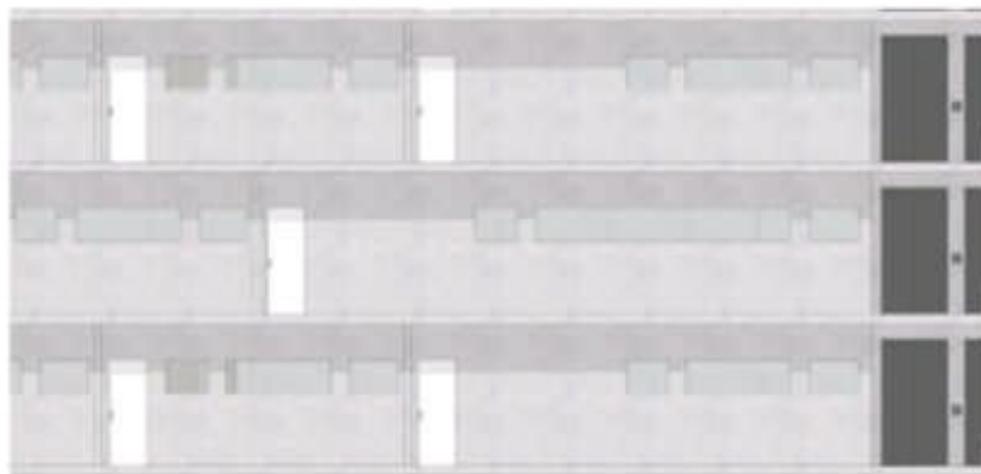
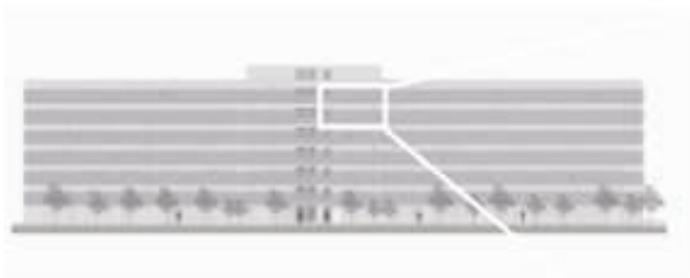
calha impermeabilizada

pilar

cobogó de cimento

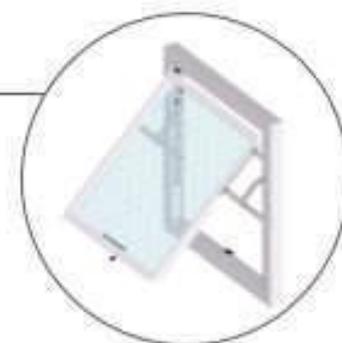
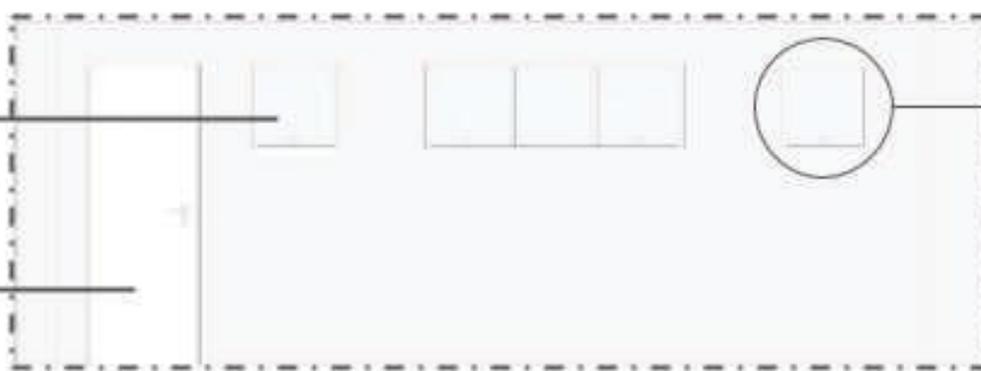
guarda corpo em  
alvenaria

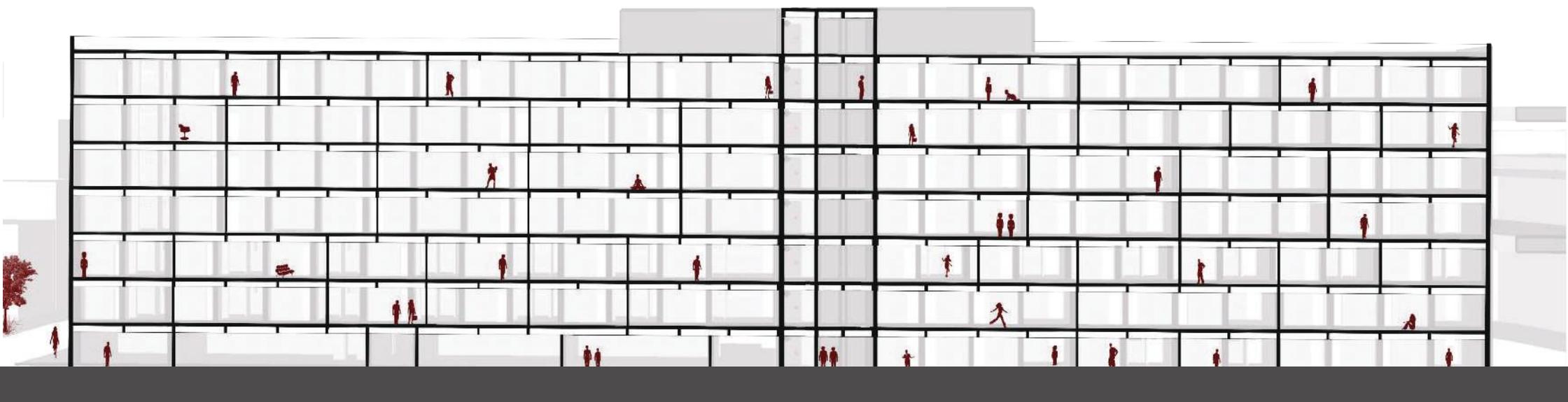


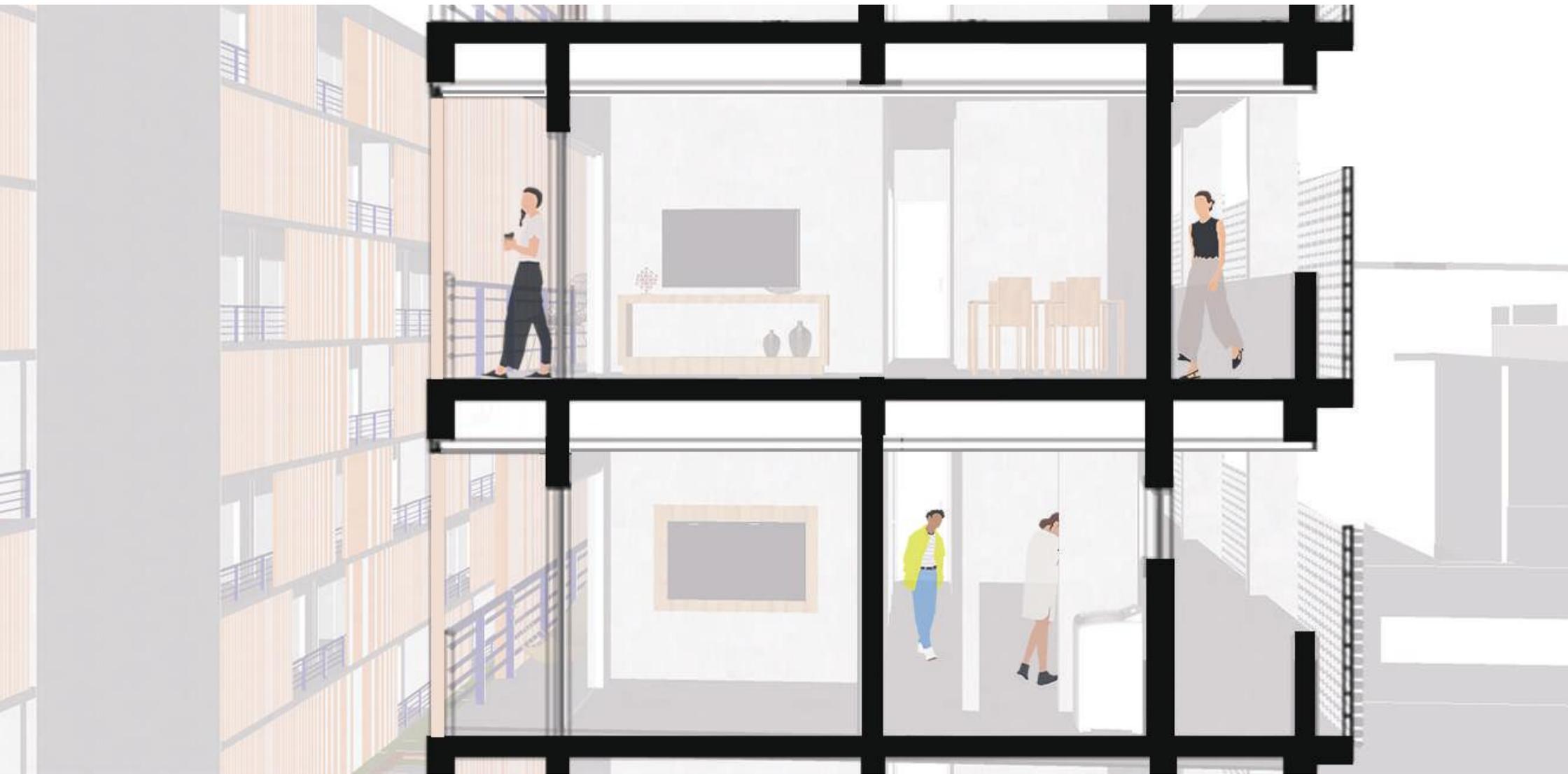


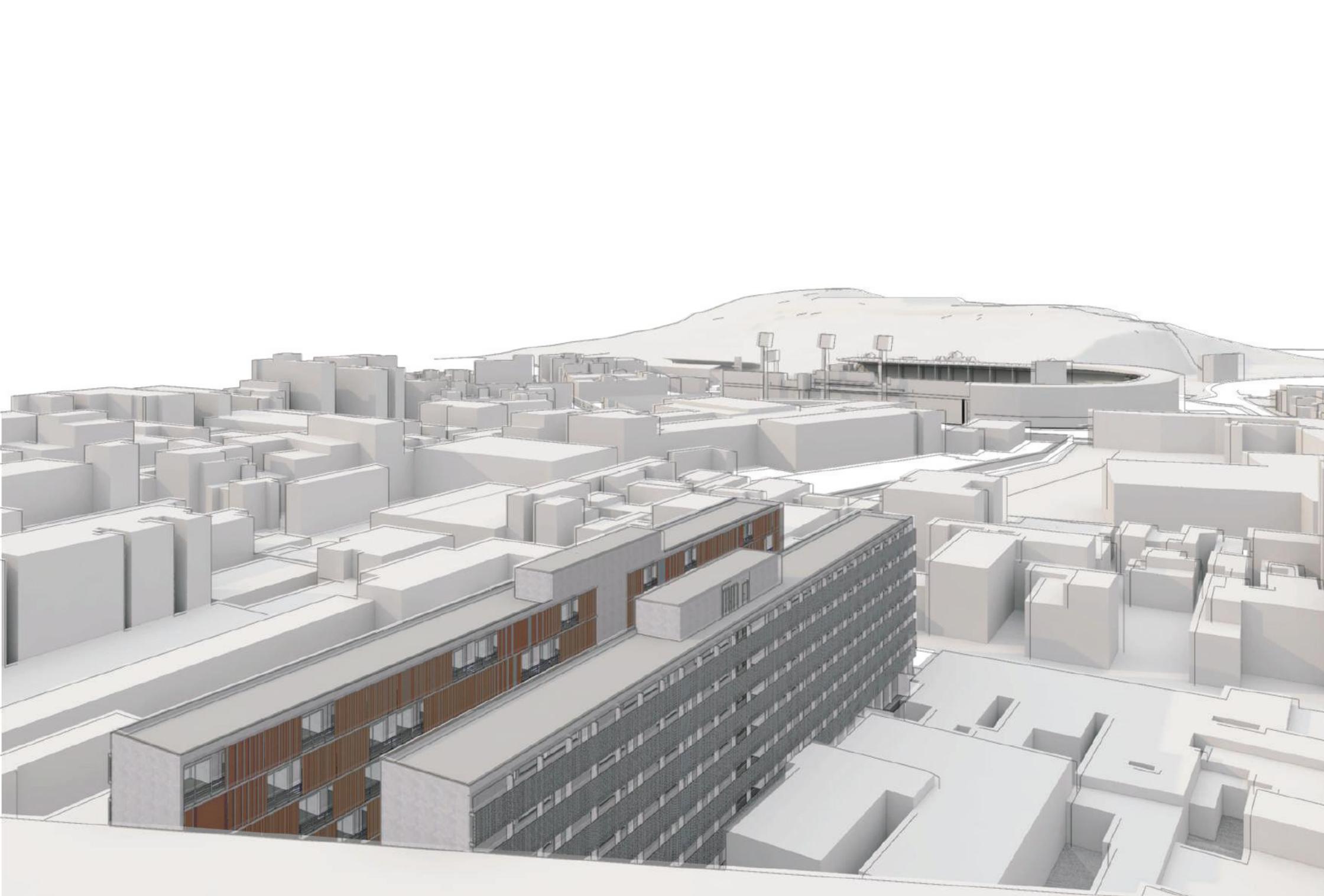
janelas maxim ar  
alumínio pintado na cor  
branca, módulos de 0,60x0,60

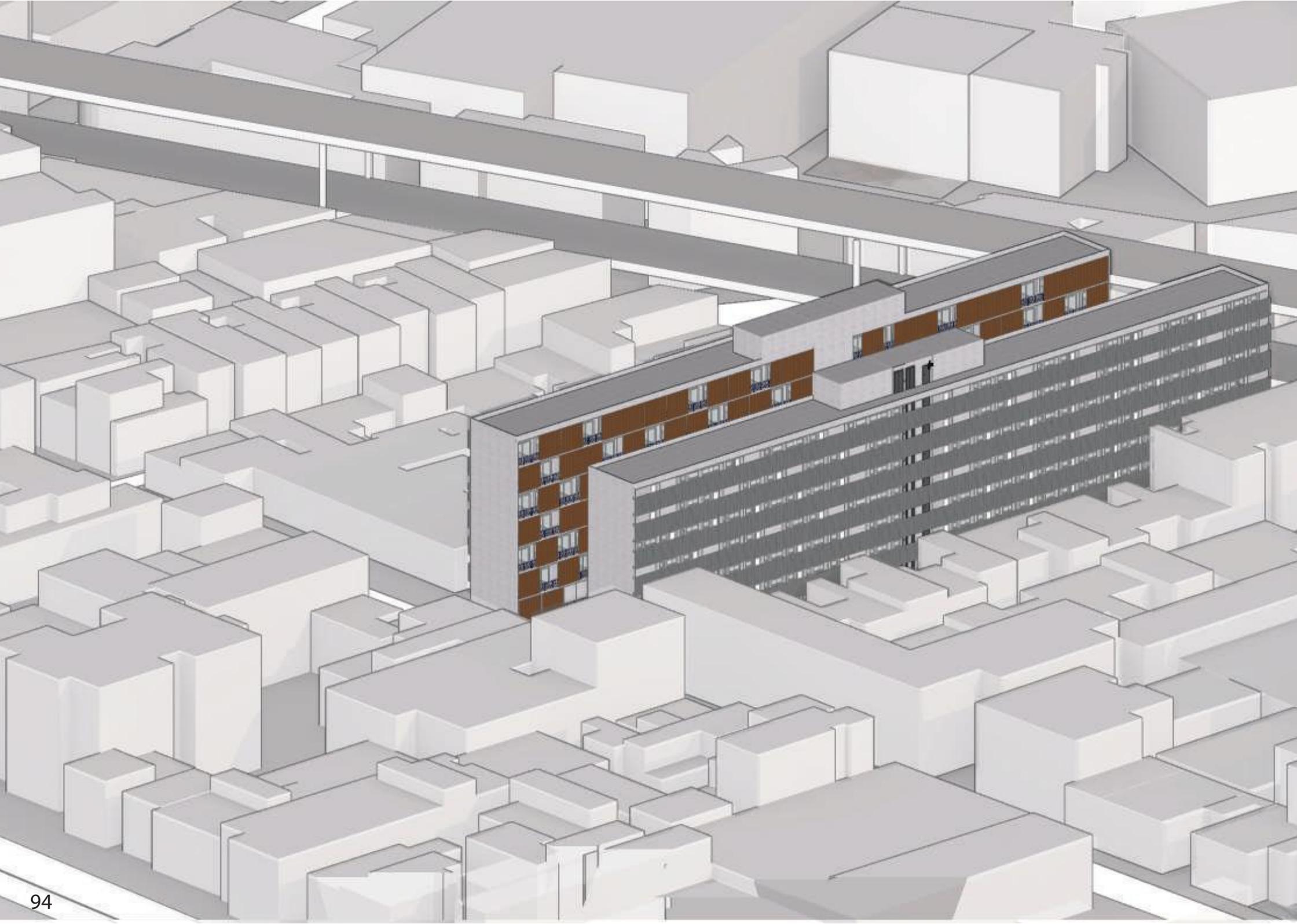
porta e alizar em madeira  
pintados na cor branca















## referências bibliográficas

ANDRADE, Luciana. Reverso de um espetáculo Urbano: desafios e perspectivas para uma arquitetura habitacional popular. Rio de Janeiro: Casa 8: Prourb. 2013

BONDUKI, Nabil. Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 7ª edição, São Paulo: Estação Liberdade. 2017

BOULOS, Guilherme. Por que ocupamos?: uma introdução a luta dos sem-teto. São Paulo: Scortecci. 2012

ESTATUTO da Cidade. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara. 3. ed. 2010

PLANO Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro: Lei Complementar Nº111/2011. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. 2011

PEREIRA, Milena; TRINDADE, Milena. Cidadania, movimentos sociais e esfera pública: O movimento dos Sem-Teto. 2014

MARICATO, Ermínia. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: MARICATO, Ermínia (org). A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo. Editora Alfa-Ômega, 2ª ed., 1982, p. 71-93.

ABREU, Maurício de. A evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPLAN-RIO; Zahar, 1987. 147 p.

SANTOS, Caio Carvalho. Arquitetura Política enquanto Dispositivo Urbano. Rio de Janeiro. 2019.

## apêndice

1. [https://polis.org.br/moradiacentral/pdf/rio\\_de\\_janeiro.pdf](https://polis.org.br/moradiacentral/pdf/rio_de_janeiro.pdf). Acesso em 10 de junho de 2019.
2. [https://polis.org.br/moradiacentral/pdf/rio\\_de\\_janeiro.pdf](https://polis.org.br/moradiacentral/pdf/rio_de_janeiro.pdf). Acesso em 10 de junho de 2019.
3. [https://polis.org.br/moradiacentral/pdf/rio\\_de\\_janeiro.pdf](https://polis.org.br/moradiacentral/pdf/rio_de_janeiro.pdf). Acesso em 10 de junho de 2019.
4. <https://www.conscienciatranquila.com/single-post/2014/05/05/HIST%C3%93RIAS-DA-PEQUENA-%C3%81FRICA-A-Reforma-Urbana-de-Pereira-Passos>. Acesso em 10 de novembro de 2019.
5. <https://blogm301.wixsite.com/revistalemoscunha/single-post/2016/10/26/O-Rio-de-Janeiro-de-Pereira-Passos-Contribui%C3%A7%C3%B5es-de-Oswaldo-Cruz-para-sa%C3%BAde>. Acesso em 10 de novembro de 2019.
6. <http://mapadecultura.rj.gov.br/manchete/museu-de-favela-2>. Acesso em 10 de novembro de 2019.
7. <https://oglobo.globo.com/rio/moradores-de-grande-parte-dos-conjuntos-habitacionais-ainda-estao-sob-dominio-do-trafico-ou-da-milicia-2770277>. Acesso em 10 de novembro de 2019.
8. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142015000100317](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142015000100317). Acesso em 10 de novembro de 2019.
9. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142015000100317](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142015000100317). Acesso em 10 de novembro de 2019.
10. <http://spressosp.com.br/2014/06/21/mtst-promove-nova-ocupacao-agora-morumbi/>. Acesso em 10 de novembro de 2019.
11. [https://polis.org.br/moradiacentral/pdf/rio\\_de\\_janeiro.pdf](https://polis.org.br/moradiacentral/pdf/rio_de_janeiro.pdf). Acesso em 10 de junho de 2019.
12. <http://matecomangu.org/site/exibicao-na-ocupacao-solano-trindade-festival-cultural/>. Acesso em 10 de junho de 2019.
13. Ocupação Manoel Congo. Acervo pessoal.
14. Ocupação Manoel Congo. Acervo pessoal.
15. Ocupação Manoel Congo. Acervo pessoal.
16. Ocupação Manoel Congo. Acervo pessoal.
17. <https://www.caurj.gov.br/ocupacao-manuel-congo-no-centro-do-rio-e-modelo-para-habitacao-popular/>. Acesso em 10 de junho de 2019.
18. Brigadas Populares.
19. Brigadas Populares.
20. Brigadas Populares.
21. Ocupação Vila Canaã. Acervo pessoal.
22. Ocupação Vila Canaã. Acervo pessoal.
23. Ocupação Vila Canaã. Acervo pessoal.
24. Ocupação Vila Canaã. Acervo pessoal.
25. Ocupação Vila Canaã. Acervo pessoal.
26. Ocupação Vila Canaã. Acervo pessoal.
27. Ocupação Vila Canaã. Acervo pessoal.
28. Ocupação Vila Canaã. Acervo pessoal.
29. Ocupação Vila Canaã. Acervo pessoal.
30. <https://www.andrademorettin.com.br/projetos/conjunto-habitacional-jardim-lidiane-i-iv/>. Acesso em 15 de outubro de 2019.
31. <https://www.andrademorettin.com.br/projetos/conjunto-habitacional-jardim-lidiane-i-iv/>. Acesso em 15 de outubro de 2019.
32. <https://www.domusweb.it/en/architecture/2012/10/31/from-dom-ino-to-em-polykatoikia-em-.html>. Acesso em 15 de outubro de 2019.
33. <https://www.domusweb.it/en/architecture/2012/10/31/from-dom-ino-to-em-polykatoikia-em-.html>. Acesso em 15 de outubro de 2019.
34. <http://www.cmurillo.com/teddy-cruz-formal-informal-border-cities.html>. Acesso em 15 de outubro de 2019.
35. <http://www.cmurillo.com/teddy-cruz-formal-informal-border-cities.html>. Acesso em 15 de outubro de 2019.
36. <https://www.archdaily.com.br/br/767128/usina-25-anos-copromo>. Acesso em 15 de outubro de 2019.
37. <https://www.archdaily.com.br/br/767128/usina-25-anos-copromo>. Acesso em 15 de outubro de 2019.
38. <http://classicalbuses.blogspot.com/2019/07/rio-de-janeiro-iapi-da-penha-1966.html>. Acesso em 15 de outubro de 2019.
39. <http://classicalbuses.blogspot.com/2019/07/rio-de-janeiro-iapi-da-penha-1966.html>. Acesso em 15 de outubro de 2019.
40. <https://www.archdaily.com.br/br/622687/edificio-fidalga-andrade-morettin-arquitetos-associados>. Acesso em 07 de maio de 2020.
41. <https://www.archdaily.com.br/br/622687/edificio-fidalga-andrade-morettin-arquitetos-associados>. Acesso em 07 de maio de 2020.

